



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 505- 30 DE AGOSTO A 12 DE SETEMBRO DE 2015 - R\$ 3,00

**Abaixo o Programa de Proteção ao Emprego (PPE)
Organizar a luta unitária e nacional em
defesa dos empregos, salários e direitos!**



**Burocracia manipula greves, engana os trabalhadores e
conclui com acordos de flexibilização capitalista do trabalho.
Derrotemos a política de colaboração de classes
e o corporativismo sindical!**

**A crise mundial avança.
Construir o Partido Mundial
da Revolução Socialista!**



Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária – Por que não se organiza uma campanha nacional em defesa dos empregos, salários e direitos

Lutemos pela independência dos sindicatos e por um programa de reivindicações do proletariado! Trabalhem por superar a crise de direção revolucionária!

As demissões ganharam uma proporção assustadora. Tudo indica que será ainda maior neste e no próximo ano. Estima-se que a recessão adentrará em 2016. Isso quer dizer que a destruição de postos de trabalho será intensa. As demissões não se limitarão à indústria e à construção civil. À medida que a recessão se prolongue, o setor de serviços também será arrastado para o precipício. Em particular, a indústria automotiva expõe o arrefecimento e o recuo do mercado. O setor já liquidou 50,8 mil postos de trabalho. As montadoras desativam a produção, e logo em seguida atingem toda a cadeia de autopeças e as redes de concessionárias. Em toda a economia, foi apurado em julho uma redução de 157,9 mil empregos. Observa-se que a rotatividade na contratação continua alta – 1,397 milhão de admissões e 1,555 milhão de demissões. Não há dúvida de que o patronato se vale da crise econômica para reduzir os salários.

Lembremos que o empresariado vinha reclamando que o alto custo da mão-de-obra lhe tirava a competitividade no mercado externo. Exigia as tais das reformas trabalhistas. O que de fato está em questão é a preservação da lucratividade. Diante da superprodução e da inevitável retração, os capitalistas encontram os meios para manter a taxa de exploração do trabalho e proteger seus capitais.

É sintomático que o governo petista, que se dizia “desenvolvimentista nacional” e “democrático-popular”, contribua com o grande capital financeiro-industrial, implantando medidas como as MPs 664-665 e a 680. Combinam-se mudanças na legislação trabalhista e previdenciária com os métodos concretos de destruição de forças produtivas (fechamento de postos de trabalho) e de intensificação da exploração do trabalho. As montadoras, depois de terem demitido mais de 20 mil (de 50,8 mil demissões no setor, o de autopeças respondeu por 30 mil), ganharam um mecanismo a mais para seus métodos de gestão e administração da produção em situação de crise, que é o Programa de Proteção ao Emprego (MP 680 - PPE).

Passo a passo, a classe operária e o conjunto dos assalariados vêm perdendo antigas conquistas sociais. Trata-se de uma tendência mundial, impulsionada pela superprodução e pela tendência geral de queda na taxa média de lucros dos monopólios. No Brasil, manifesta-se a partir do setor automotivo-metalúrgico. Sua participação no PIB industrial é de 23% e no PIB nacional, de 5%. Está aí por que envolve 1,5 milhão de empregos diretos e indiretos. Necessariamente,

portanto, tudo o que ocorre de importante para o proletariado brasileiro passa por esse setor.

Nos metalúrgicos, concentra-se o maior potencial da luta de classes, da capacidade de resistência aos ataques da burguesia e da generalização das reivindicações da maioria explorada. Eis por que ostentam os principais sindicatos e por onde tem se constituído a política de colaboração de classes. A classe operária e a maioria oprimida são controladas desde os metalúrgicos. De um lado, estão os sindicatos vinculados à CUT, de outro, à Força Sindical. Governistas e oposicionistas – ambas centrais, atadas à política burguesa – cumprem a função de estatizar e bloquear o movimento sindical. O sindicato metalúrgico de São José dos Campos, excepcionalmente, se encontra sob a direção da esquerda centrista (PSTU). A CSP-Conlutas tem se mostrado incapaz de dar expressão nacional aos metalúrgicos. Na direção político-sindical, como se vê, concentra-se todo drama da classe operária.

A crise política e o movimento da oposição burguesa em favor do impeachment de Dilma Rousseff têm obscurecido a violência capitalista desfechada contra os assalariados na forma das demissões, da rotatividade e da redução salarial. Os sindicatos e as principais centrais estão mergulhados nas disputas interburguesas no seio do Estado e nas consequentes manobras políticas do governo e da oposição. Já assinamos a debilidade da CSP-Conlutas. A CUT e seus aliados desviam a atenção da população pobre para a defesa do governo. A Força Sindical coloca seu aparato a serviço da oposição burguesa. A política de ocultar ao máximo os ataques dos capitalistas aos empregos e salários e de ressaltar a defesa da “democracia”, seja do lado governista, seja do lado oposicionista, corresponde à prática de colaboração de classes. A burocracia colaboracionista se divide diante da política burguesa, segundo seus interesses de casta parasitária e seus vínculos com setores do capital.

O sindicato metalúrgico do ABC (CUT) tem sido obrigado a usar limitada e fragmentariamente a greve e protestos diante do fracasso de suas negociações com as multinacionais. Em São Caetano do Sul, o sindicato metalúrgico (Força Sindical), por sua vez, fechou os olhos às demissões da GM. O acampamento realizado em frente à fábrica refletiu a desorientação do movimento operário. A greve de duas semanas dos metalúrgicos da GM de São José do Campo (CSP-Conlutas), por outro lado, concluiu aceitando a imposição do Tribunal Regional do Trabalho que apenas adia a demissão

Greves se levantam contra os ajustes, demissões e arrocho salarial

Greve na GM de São José adia as demissões

A GM de São José dos Campos chegou a demitir 798 operários. Os trabalhadores entraram em greve, fizeram piquete, manifestações com bloqueio da Rodovia Presidente Dutra e um ato na cidade. A justiça do trabalho reprimiu o movimento, impondo multa milionária contra os piquetes. A greve se estendeu por duas semanas.

Em audiência de conciliação, na presença de 100 demitidos, o Sindicato (dirigido pela CSP-Conlutas/PSTU) e a empresa chegaram a um acordo, que se baseia nos seguintes pontos: 1) adiamento das demissões em cinco meses, com implantação de lay-off; 2) indenização de quatro salários aos demitidos depois desse tempo; 3) implantação de um programa de demissão voluntária (PDV) na fábrica, que afetará outros trabalhadores ainda não demitidos; 4) pagamento dos dias parados, mas com obrigação de reposição de metade.

A assembleia foi convencida de que nada mais havia o que fazer.

A direção e a militância do PSTU têm afirmado que se tratou de uma vitória dos trabalhadores. É preciso lembrar que o sindicato fez um acordo anterior que acabou em demissões e redução do piso salarial. A GM de São José dos Campos, assim, vem impondo seus objetivos, tal qual em sua planta em São Caetano e nas demais montadoras do ABC. Agora, o sindicato da CSP-Conlutas não fez senão aceitar o resultado da proposta de “conciliação” do TRT. Os seus termos apenas adiam as demissões e desarmam os metalúrgicos diante da GM, que passa a ter amparo do acórdão do TRT. É preciso dizer a verdade, doa o quanto doer. A greve voltada a pedir a intervenção do governo e das autoridades municipais estava fada ao fracasso. Os metalúrgicos nem de longe utilizaram toda sua capacidade de luta, que poderia abrir uma trincheira da classe operária, que poderia sublevar as bases sindicais da CUT e da Força.

Estamos diante da ofensiva patronal de flexibilização capitalista do emprego. Ocorre que os sindicatos têm se curvado diante das multinacionais. PDV, PPE, layoff, férias coletivas, tudo isso prepara o terreno para as demissões. Como se vê, a fragmentada resistência que tem ocorrido em algumas importantes fábricas acaba por ser canalizada para a flexibilização ou PDV.

Desgraçadamente, mais uma vez somos obrigados a nos contrapor à impostura do PSTU e dizer que a greve foi derrotada, sem que os grevistas usassem de toda a capacidade que os métodos da classe operária permitem. Os metalúrgicos não foram e não estiveram preparados para ocupar a fábrica e lançar para a classe operária a tarefa de impor o controle coletivo da produção. O sindicato em todos esses anos não trabalhou por um programa revolucionário e pela elevação da consciência socialista dos trabalhadores. Os acontecimentos em São José dos Campos comprovam que qualquer que seja a adaptação da direção ao aparato sindical acaba na vala comum do corporativismo. Eis por que o acordo que pôs fim à greve da GM de São José dos Campos reforça a via da flexibilização capitalista do trabalho.

de 798. A greve dos metalúrgicos da Volks de Taubaté (CUT), que ultrapassa uma semana, está na dependência de um acordo de conciliação. A Mercedes-Benz pôs em férias coletivas a fábrica do ABC e em seguida anunciou as demissões. A burocracia sindical (CUT) propôs a greve no dia 24/8, aprovada pela assembleia. Dois dias depois, realizou uma marcha que se dirigiu à Rassini, que foi a primeira empresa a fazer um acordo de PPE (isso depois de os metalúrgicos da Mercedes terem se colocado contra um acordo de redução salarial, que posteriormente foi revertido em uma reunião manipulada no sindicato).

A descrição desses acontecimentos mostra, por si só, que a classe operária não reage unitariamente aos ataques dos exploradores devido às direções pró-capitalistas, que controlam os sindicatos e as principais centrais. É fundamental tanto para a burocracia defensora de Dilma quanto para a opositora que a classe operária não se lance em um grande movimento regional e nacional por seu programa de reivindicações. Na tarefa de estilhar e isolar a resistência da classe operária e empurrar os metalúrgicos para os PDVs e PPEs, estão unidas todas as frações da burocracia colaboracionista. Está claríssimo que se dividem, essencialmente, em torno das disputas interburguesas no seio do Estado e em torno dos partidos burgueses.

Há um evidente vínculo entre a crise econômica, a crise política e a crise de direção revolucionária do proletariado. A subordinação das massas à política burguesa, em suas distintas variantes, permite que os capitalistas administrem seus negócios e modifiquem seus governos descarregando o alto custo das demissões, redução dos salários e destruição de direitos sociais sobre os explorados. Está aí também porque há um vínculo entre a luta pela independência das organizações operárias com a construção do partido revolucionário. Por meio das experiências da luta de classes, o proletariado sentirá a necessidade de constituir uma nova direção.

A luta atual contra a burocracia sindical exige que a vanguarda se lance em uma consistente agitação e propaganda em defesa da independência política e dos métodos de combate que conduzem à unidade revolucionária dos explorados. *Lutemos sob a bandeira: Nenhum apoio às frações burguesas em disputa pelo poder do Estado, organizemos uma frente única sindical contra as demissões, a redução dos salários e a destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários.*

Assembleia da Mercedes de São Bernardo aprova greve **Direção sindical manda os operários para casa e não organiza atividades de greve**

No dia 24 de agosto, os operários do turno A e do turno 1 chegaram ao pátio da Mercedes às 5 horas da manhã. Nenhum operário entrou para trabalhar. Esperavam a assembleia convocada pelo sindicato. A espera foi de 2 horas, até a chegada dos trabalhadores do turno normal, que entram às 7h. Iniciada a assembleia, apenas ao Secretário Geral da CUT foi dada a palavra. O ponto nevrálgico eram as demissões. Muitos operários receberam em casa a carta de desligamento. A Mercedes ainda não havia divulgado o número, mas afirma ter 2.000 operários em excesso. Sérgio Nobre disse ter recebido um telefonema do diretor da montadora informando que as negociações estavam encerradas e que, diante da situação crítica da produção, os cortes eram inevitáveis.

Dito isso, Sérgio Nobre se ateu a resgatar o processo de negociação entre a montadora e o sindicato. Apresentou dados do impacto da demissão de um operário da montadora (1 demitido provoca 4 demissões da área de fornecimento). Afirmou com ênfase que um dos princípios do sindicato é não votar a mesma proposta duas vezes, em alusão ao PPE rechaçado em assembleia pelos operários. No entanto, o Secretário informou que foi convocada uma plenária na sede do sindicato onde se autorizou a direção a negociar o PPE com a montadora. Chamou à unidade e finalmente pôs em votação o estado de greve por tempo indeterminado, aprovado por unanimidade.

Uma vez aprovada a greve, foi pedido aos operários que se retirassem do pátio e que retornassem a suas casas. Nenhuma medida prática - bloqueio de rua, piquete ou ocupação - foi aprovada. Muitos operários ainda permaneceram no pátio à espera de alguma ação. Havia disposição de luta, inibida pela imobilidade da direção do sindicato.

No atual quadro de paralisação da produção, a greve sem estar acompanhada das medidas de força, bloqueios e ocupações, não tem capacidade para derrotar o patronato. Sérgio Nobre e a CUT sabem disso. Por isso, a urgência em mandar os operários para casa e não organizar a luta. A decisão pela greve foi no dia 24. Dois dias depois, o sindicato organizou uma "marcha contra as demissões", dirigindo-se à empresa Rassini que foi a primeira a impor o PPE. Sérgio Nobre tomou a palavra e disse que exemplo da Rassini serve para todas as empresas. Valter Sanches, do comitê sindical de empresa da Mercedes, reafirmou o que disse Sérgio Nobre. Explicou que é preciso encontrar alternativas com o PPE. A burocracia sentiu o descontentamento dos metalúrgicos da Mercedes que votaram em urna contra a redução dos salários. O sindicato em vez de acatar o resultado e organizar a defesa dos empregos com os métodos da classe operária realizou uma reunião fajuta para ser autorizado a aplicar o PPE.

Greve na Volks de Taubaté

Depois de 11 dias em greve, os operários da Volks de Taubaté aceitaram o acordo fechado entre o Sindicato e a empresa numa reunião a pedido da Procuradoria Geral do Trabalho. A greve de cerca de 5 mil trabalhadores teve início quando a Volkswagen anunciou a demissão de 43 metalúrgicos. O movimento foi desencadeado no mesmo dia em que 250 metalúrgicos voltavam ao trabalho, após passarem cinco meses com os contratos de trabalho suspensos por lay-off. Outro grupo de 120 operários também está em lay-off desde 27 de abril. O retorno está previsto para setembro.



Servidores federais em greve há mais de dois meses – três meses nas universidades

Os funcionários da justiça federal, da previdência e das universidades federais estão em greve há meses. Reivindicam principalmente a reposição salarial. O governo ofereceu um reajuste parcelado em quatro vezes - cerca de metade da inflação.

As greves dos servidores e universidades federais se chocam com o ajuste fiscal. Por isso, a intransigência. As greves têm ido às ruas, bloqueando avenidas, como ocorreu mais de uma vez na Avenida Paulista, em São Paulo, mas permanecem fragmentadas e isoladas.

Tendência geral de luta

A crise econômica, os ataques dos capitalistas aos empregos e o "ajuste fiscal" têm obrigado os explorados saírem à luta, com greves, manifestações e bloqueios, mas não contam com uma direção que as unifique em uma frente única sindical. As centrais estão voltadas ou a defender o governo, ou a acossá-lo com a bandeira do impeachment. A defesa da unidade grevista em torno de um programa de reivindicações comuns passa pelo combate à política de conciliação de classe da burocracia sindical. Está colocada a tarefa de organizar nacionalmente os explorados em torno da defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org

Desdobramentos da crise política

Dilma Rousseff se sentiu mais confortável com a manifestação de empresários em favor da “estabilidade institucional”. No início de agosto, as Federações das Indústrias de São Paulo (FIESP) e a do Rio de Janeiro (FIRJAN) emitiram uma nota conjunta exortando “o bom senso, o equilíbrio e o espírito público”. Assinaram Paulo Skaf e Eduardo Eugênio Gouvêa. Em seguida, a OAB, CNI, CNT e CSN divulgaram uma “Carta à Nação”, pedindo “respeito à Constituição”. Em entrevista, o dono e presidente do Itaú, Roberto Setúbal, considerou que “não há motivos para tirar Dilma do cargo”. Também alertou sobre os riscos de uma crise institucional. A visita de Angela Merkel ao Brasil deu visibilidade às boas relações internacionais cultivadas por Dilma. A presidente do Brasil aproveitou para dar publicidade ao “Programa de Investimento e Logística” (PIL), que consiste a um bilionário programa de concessões de portos, rodovias, ferrovias e aeroportos. Lembramos que pouco antes, havia se encontrado com presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Nesse contexto, Cristina Kirchner e Nicolás Maduro, Argentina e Venezuela, declararam apoio a Dilma Rousseff.

Como se pode observar, se a derrubada do governo do PT/PMDB dependesse da grande burguesia, na situação presente, não ocorreria.

Não é difícil de compreender. O governo fez uma mudança radical na política econômica. Aceitou entregar o ministério da Fazenda a um representante do liberalismo, vinculado aos banqueiros nacionais e internacionais. O “ajuste fiscal” se iniciou com um ataque aberto às condições trabalhistas e previdenciárias que atingem as massas. É o que representam as MPs 664-665. Diante das demissões em massa no setor automotivo, Dilma agilizou a MP 680, que implanta o “Programa de Proteção ao Emprego” (PPE), apresentando-o como resultado da negociação entre governo, indústria e Centrais. É do interesse da burguesia liquidar toda legislação que proteja os trabalhadores. Uma legislação que permita reduzir os salários é um trunfo dos exploradores.

Com todas essas medidas antioperárias e antipopulares, Dilma demonstrou ao grande capital que pôs de lado a tese reformista de manter as conquistas sociais. É claro que teve de negociar a anulação em parte da desoneração da folha de pagamento, que atendia aos interesses de grandes setores industriais e da construção civil. Mas de conjunto, orienta a política econômica a reduzir os gastos com os serviços públicos (educação, saúde, moradia) e garantir o pagamento dos juros e amortizações da gigantesca dívida pública.

Está aí por que Dilma se viu pressionada a vetar a chamada “pauta bomba” do Congresso Nacional, que abarcava a revisão do fator previdenciário, a extensão da correção do salário mínimo para os aposentados, o reajuste salarial do Judiciário e ainda em trâmite a revisão da remuneração do FGTS. A exceção do aumento dos ganhos da cúpula do Judiciário, os demais vetos atingiram os explorados. Mesmo a recente decisão sobre o subsídio na forma de empréstimos por meio dos bancos federais às grandes corporações, que provocou uma grita de setores liberais, foi negociado com o aval do ministro da Fazenda.

Há um interesse geral da burguesia em levar adiante o Plano Levy. Está aí por que importantes representantes do grande

capital não vêm com bons olhos o bloqueio às medidas governamentais levantado pelo PSDB/DEM e parte da base aliada que debandou para a oposição, no Congresso Nacional.

Do ponto de vista da economia, tem sentido o pedido desses empresários para que se coloque “acima da disputa pelo poder os interesses do Brasil”. Em síntese, como diz o vice-presidente Michel Temer: “Pensar o País acima dos partidos”. Do ponto de vista político, qualquer êxito de Dilma Rousseff seria desastroso para o PSDB/DEM que desde a derrota eleitoral de outubro se colocaram por inviabilizar a governabilidade petista. De maneira que um “pacto de estabilidade política”, desejado por Dilma e Temer, bem como incentivado por Lula, tem se tornado inviável.

Nota-se nesse processo que não é mecânica a relação entre os partidos e as frações da burguesia. O PSDB se acha dividido. O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que concentra grande força política, por seus vínculos com o grande capital, mantém a posição expressa pela nota das Federações das Indústrias. Mas a fração liderada por Aécio Neves busca o confronto diário com o governo e a criação das condições políticas para o impeachment.

Se for pela capacidade de Dilma governar e do PT/CUT defender o governo, o seu mandato tem tudo para ser abreviado. A continuidade da crise política se converterá em obstáculo à consecução do Plano Levy, o que poderá obrigar aos setores capitalistas que não desejam o golpe institucional a se retrair e a deixarem o terreno livre para o movimento pró-impeachment.

O fator Eduardo Cunha

Finalmente, Rodrigo Janot entregou ao STF a denúncia de corrupção contra o presidente da Câmara Federal Eduardo Cunha. Por iniciativa do PSOL, publicou-se um manifesto “Em defesa da representação popular”. Pleiteia-se o afastamento imediato do denunciado de suas funções. Segundo informações, o libelo contou com apoio de parlamentares do PMDB, PT, PPS, PDT, PR, PSB e PROS.

Não demorou para que os partidários de Cunha armassem uma reação. O PSDB/DEM colocaram-se no compasso de espera. Em declaração, o raivoso Carlos Sampaio, presidente da bancada parlamentar do PSDB e alinhado com a fração de Aécio Neves, disse que não se deve julgar Eduardo Cunha a priori. O deputado Paulinho do Solidariedade e chefe da Força Sindical realizou um ato em São Paulo, com a presença de Cunha, transformando em uma manifestação de apoio ao denunciado. O corrupto foi apresentado como defensor dos trabalhadores. Paulinho elogiou o presidente da Câmara por ter viabilizado a votação que muda o fator previdenciário, a PEC das domésticas, a extensão da valorização do salário mínimo para os aposentados e a correção do FGTS. Dilma, por sua vez, foi condenada por vetar aquilo que era do interesse dos assalariados. O teatro animado pelo Paulinho – um reconhecido corrupto – espelhou com perfeição as manobras políticas que se desprendem da disputa interburguesa pelo poder do Estado.

Quase ao mesmo tempo, o ministro do TSE, Gilmar Mendes, lançou uma pedra contra a frágil vidraça do governo. Pediu a abertura de uma investigação sobre o financiamento

de campanha de Dilma Rousseff. Referiu-se a uma “potencial relevância criminal”. Gilmar Mendes é afeito ao PSDB e adversário radical do PT. Não foi surpresa a invectiva do ministro do TSE. O que chamou atenção foi a circunstância política. Eduardo Cunha havia acabado de receber a notícia da denúncia de Janot. O ambiente estava infectado. Segundo o indiciado pela “Operação Lava Jato”, seu nome constou da lista de parlamentares envolvidos no escândalo da Petrobrás por obra de Dilma e do Procurador-Geral da República (PGR), Rodrigo Janot. O delinquente não admite ter sido o primeiro da lista a ser denunciado. Quando ficou claro que Janot mantinha-se firme no propósito de levá-lo até o STF, passou a trabalhar pela anulação da investigação da PGR junto a seus juizes. As investidas contra Janot pela dupla Eduardo Cunha e Fernando Collor, objetivando impedir sua reeleição, fracassaram, tamanha são as evidências de que ambos estão atolados no “petrolão”.

É evidente que o ataque de Gilmar Mendes diretamente a Dilma teve e tem dupla função: de um lado, amortecer a denúncia contra Cunha, e, de outro, fortalecer o movimento pró-impeachment. É necessário encontrar um motivo legal que ampare o pedido de interrupção do mandato da presidente. Sem resolver essa pendência, a fração golpista do PSDB não tem como convencer e obter a unidade da burguesia que o melhor para sair da crise é pôr abaixo o governo cambaleante de Dilma.

O deslocamento de uma fração do PMDB para a oposição e o rompimento do PTB potenciaram os ataques do PSDB/DEM. Aécio Neves tem claro que o impeachment dificilmente ocorrerá sem que o PMDB adira à tese da oposição. Causou alvoroço nas hostes do governo e do PT o anúncio de que Temer considera que sua função de coordenar politicamente a aprovação do ajuste fiscal no Congresso está cumprida. A saída de Temer deve enfraquecer ainda mais o governo diante de um Congresso hostil. Temer, finalmente, confirmou seu desligamento, mas evitou tornar o fato um acontecimento indicasse um rompimento com o governo.

A concertação de Dilma com Renan Calheiros, que apresentou sua “Agenda Brasil”, deu a ela maior confiança. Até onde será possível manter as manobras pró-governo no Senado e pró-oposição na Câmara dos Deputados não se sabe, tamanha é a instabilidade política.

A denúncia contra Cunha à primeira vista parece favorável ao governo. Trata-se de um adversário que atua em favor das posições do PSDB/DEM e que trabalha pelo rompimento do PMDB com o governo. O problema está em que o Congresso Nacional é composto de uma plêiade de delinquentes. Mais de 100 parlamentares foram citados nas delações premiadas e 50 deles indiciados, inclusive o eminente Antônio Anastasia do PSDB. A propensão é de prevalecer o espírito de corpo. O próprio PT se mostra dividido. É bem provável que prevaleça a posição de esperar o pronunciamento do STF. Sendo assim, enfiam-se no mesmo saco oposicionistas e governistas, todos dependendo do fator Cunha, seja para avançar ou retardar a crise política.

A dependência tanto da oposição quanto do governo diante de um bandido da política burguesa é a prova mais cabal de que a corrupção não passa de uma máscara em torno da disputa interburguesa pelo poder nas condições de decomposição econômica do Brasil. A complacência do PSDB com o presidente da Câmara mostra como se digladiam as camarilhas partidá-

rias no interior do Estado e por cima da população oprimida.

Arregimentação da classe média

As manifestações pró-impeachment, desta vez, foi apoiada diretamente pelo PSDB. Participou da ampla campanha. Seus principais líderes se destacaram entre as faixas do “Fora Dilma” e “Impeachment”. Por enquanto, tudo se passa no âmbito da propaganda. A oposição não pode dar um passo concreto enquanto não for apresentada uma denúncia contra Dilma Rousseff. Nesse sentido, o PSDB trabalha em duas frentes: financiamento de campanha eleitoral e a tal da “pedalada fiscal”.

A identificação de Aécio Neves com a bandeira do impeachment causou preocupação na cúpula do PSDB. Como defender o impeachment sem que se apresente uma violação concreta da Constituição? Os peessedebistas históricos não querem ser identificados de golpistas. Tendo o motivo legal, o impeachment passa a ser uma medida constitucional. Mas o fato é que a própria propaganda, do ponto de vista da legislação, aparece como um recurso à margem do processo democrático burguês. Está aí por que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso procurou conter os ânimos de Aécio Neves e Carlos Sampaio. Aconselhou jocosamente que Dilma renunciasse, como um “gesto de grandeza”. Em seguida, a direção do PSDB se reuniu para alinhar o partido. O impeachment somente seria assumido pelo PSDB no momento em que fosse aberto para discussão no Congresso Nacional. Trata-se, portanto, de achar o momento propício e evitar um passo em falso que exponha o golpismo.

A oposição tem pela frente a tarefa de arrastar, se não a totalidade, a maioria do PMDB. O impeachment para concluir como uma vitória institucional do PSDB tem de aparecer como suprapartidário. Colocada a questão nesse plano, a declaração de Michel Temer de que era preciso “alguém para reunificar a todos” assombrou os ministros petistas, que viram um sinal de traição. Temer lançou essa pérola aos ares. O enigma, não obstante, reflete a profundidade da crise de governabilidade. Não basta dar um adeus ao governo Dilma. É necessário que as forças responsáveis por sua destituição tenham o mínimo de clareza de que governo será colocado em seu lugar. Não há dúvida de que as conspirações estão nesse patamar. Seria o Temer esse “alguém” capaz de unificar as frações da burguesia? Os petistas provavelmente assim interpretaram. E com razão.

A caracterização de que Dilma já não governa e que a crise econômica tende a se agravar vem se generalizando. Não por acaso, correm boatos sobre as divergências no seio do governo em torno do ajuste fiscal e de ameaças de Joaquim Levy de deixar o ministério da Fazenda. Uma das razões alegadas no que diz respeito à saída de Temer da articulação política do governo foi a de que Levy desautorizou gastos com as emendas parlamentares. Sem uma moeda de troca, ficou difícil a Temer dar continuidade às manobras políticas em favor do governo no Congresso Nacional. Tudo indica que Dilma, sob fogo cruzado, tem de manter a qualquer custo do representante dos banqueiros no ministério.

As manifestações do dia 16 de agosto foram esperadas como um grande trunfo do PSDB. O fato de não reproduzirem a afluência da classe média como a que caracterizou os protestos de março (igualando-se às de abril), desconcertou a oposição. A

gritaria de Aécio Neves não passou de enfadonha repetição sobre a corrupção e a incompetência de Dilma. O próximo ato do grande teatro nacional está na dependência da recomendação do presidente do TSE, Gilmar Mendes, à PGR que investigue a origem do financiamento de campanha de Dilma, que para ele foi criminoso. E do Tribunal de Contas da União (TCU) quanto ao suposto crime fiscal. Há ainda pela frente as novas revelações da “Operação Lava Jato” e possíveis denúncias de importantes figuras da política nacional.

Por onde passa a defesa do governo

As manifestações de 20 de agosto da CUT, MST, MTST, UNE, PT e PSOL foram, mais uma vez, um reflexo dos protestos oposicionistas. A burocracia sindical e as direções dos movimentos populares somente se mexem se é para reagir aos ataques do PSDB ao governo Dilma. Desta vez, chamou a atenção a presença de um setor do PSOL, que tem sido crítico ao ajuste fiscal e denunciador das medidas antinacionais e anti-populares. A militância do PSOL explicou que não se tratava de manifestações em defesa do governo e que levantaria as bandeiras de defesa dos trabalhadores. Negociaram para que a convocatória não contivesse o apoio a Dilma. Essa manobra mal ocultou o seguidismo do PSOL.

A direção da CUT e seus aliados prepararam o ato para que não houvesse qualquer contestação a Dilma Rousseff. A posição de crítica ao ajuste fiscal e de defesa do governo foi a fórmula encontrada pela burocracia e esquerda petista para diluir aos olhos dos explorados o seu governismo. Obscurece-se a brutal disputa interburguesa com a bandeira de estar com o governo contra a direita golpista e contra a política econômica traçada por Levy. Na realidade, não tem o menor sentido desvincular Dilma Rousseff de seu ministro da Fazenda. Do ponto de vista prático, essa operação resulta em apoio a um governo que ataca os direitos trabalhistas, previdenciários, os empregos e os salários. *Não se pode ocultar que é a política do governo petista que potencializa a ofensiva do PSDB.*

O esgotamento do pseudo-reformismo petista e a consequente crise política criaram uma situação que aparenta confusão e incoerência. A reeleição de Dilma e a continuidade do PT no poder em aliança com o PMDB levaram a uma mudança significativa da política econômica, que se amparava na tese de que estava posto no Brasil um novo modelo de desenvolvimento econômico, sustentável e com distribuição de renda. A crise mundial que finalmente arrastou o Brasil para a recessão e golpeou o equilíbrio provisório dos fatores “macroeconômicos” (superávit primário, superávit comercial, controle inflacionário, estabilidade cambiária, etc.) varreu a impostura do reformismo petista.

Dilma tomou posse anunciando Joaquim Levy como o ministro que faria a correção na política econômica. Não deixou dúvidas de que não guardaria nenhuma herança ou lembrança de seu fiel ministro “desenvolvimentista”, Guido Mantega. A CUT e aliados fizeram de tudo para convencer os explorados de que na reeleição estavam em disputa “dois projetos opostos”: o de Dilma, voltado ao desenvolvimento e à proteção das conquistas sociais e o de Aécio, neoliberal, recessivo e de eliminação de direitos. Hoje, esses mesmos sindicalistas escondem suas falsificações eleitorais e se lançam a novas mentiras,

apoiando o governo que pratica uma política econômica recessiva, de destruição de forças produtivas, desemprego, miséria e fome.

O avanço do PSDB e de seus aliados contra o governo, sob a bandeira do impeachment, não fez senão empurrar Dilma Rousseff a procurar apoio dos grandes empresários. A nota das Federações das Indústrias não surgiu como um simples ato espontâneo em favor da estabilidade política. Não é de todo destituído de sentido a notícia de que Dilma Rousseff se reconciliou com o presidente do Senado, Renan Calheiros, admitindo discutir sua reacionária “Agenda para o Brasil”, que a CUT, MST, etc. tiveram de rejeitar em palavras.

Nota-se que o governo petista não recorre às massas para se defender contra o golpismo do PSDB. Essa tarefa cabe à CUT, CTB, MST, MTST. Nem mesmo o PT e o PCdoB se animam a convocar em seus nomes manifestações de apoio ao governo. Escondem-se por trás da CUT, CTB, MST, etc. A maioria explorada, porém, não tem se deixado arrastar pelas disputas interburguesas. A classe média potencializou o campo oposicionista. A classe operária, em contrapartida, não se perfila por detrás da propaganda da CUT em defesa do governo e da democracia. Não tem como confiar na seriedade das bandeiras em favor dos direitos trabalhistas. Ocorre que nas bases da CUT os metalúrgicos estão sob ataque cerrado das multinacionais e o seu principal sindicato comparece como responsável pelo PPE, um violento retrocesso nas leis trabalhistas.

Os burocratas manobram com os interesses gerais dos assalariados e se negam a organizar um movimento nacional e unitário em defesa dos postos de trabalho e dos salários. Sabem perfeitamente que Dilma Rousseff está disposta a uma nova investida contra a Previdência, mas nada fazem para elevar a consciência dos explorados e sua organização coletiva.

Em um rompante, o presidente da CUT, Vagner Freitas, disse que se preciso iria às armas para defender a democracia. A retórica serviu tão-somente aos opositores que questionaram o discurso da violência, quando a crise, segundo eles, está sendo processada pelas vias democráticas. A demagogia no palavreado de Vagner é inconfundível. Mas pode ser comparada com sua atitude de carneiro diante das montadoras. São claros os motivos que impedem a classe operária de levar a sério a consigna dos burocratas de combate à direita golpista. Joaquim Rodrigues, do MST, fez um ridículo apelo, na manifestação do dia 20 em São Paulo: “Dilma, pelo amor de Deus, mude esse governo que está a serviço dos empresários e não da classe trabalhadora.” É nisso que dá ocultar o caráter de classe dos governos petistas. Nem Lula, nem Dilma deixaram de servir, em momento algum, aos empresários e nunca estiveram a serviço dos explorados. Os reformistas que veem seu castelo desabar perdem todo senso de realidade.

O caminho das lutas operárias não será o de sustentar o governo burguês de Dilma. A derrota da ofensiva da direita burguesa não virá da disposição da CUT e aliados em apoiarem o governo e glorificarem a democracia fraudulenta que impera no País. O fato de a classe operária estar desorganizada e não contar com um poderoso partido revolucionário, não livra a vanguarda da responsabilidade de defender a fundo a via da independência de classe, a plataforma de reivindicações dos explorados e a estratégia revolucionária do proletariado.

Agenda Brasil: mais um ataque ao conjunto dos explorados

É preciso uma Frente Única de luta para barrar as medidas por meio da ação direta do proletariado, juventude e demais explorados

Se não bastassem as medidas encaminhadas pelo Governo Federal de Dilma Rousseff (PT), aprovadas (ou em processo de aprovação) pelo Congresso Nacional, como as Medidas Provisórias 664 e 665, que impõem restrições ao seguro desemprego, à aposentadoria por invalidez, à pensão por morte e seguro defeso; o PL 4330/04 (atual PLC 30/15), que estende a terceirização a atividades-fim; a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) legitimando as Organizações Sociais (OSs) e o Programa de Proteção dos Empregos, permitindo a redução da jornada de trabalho com redução de salários e a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para salvar os capitalistas da crise e permitir a acumulação de lucros, o Governo Federal e o Congresso Nacional, via presidência do Senado Federal, de Renan Calheiros, planejam nos bastidores mais um profundo ataque aos direitos e conquistas dos trabalhadores e o aprofundamento do Ajuste Fiscal, capitaneado pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Ocorre que a crise mundial do capitalismo só tem se aprofundado e seus impactos na economia nacional e na situação política, exige dos governos, partidos da burguesia e capitalistas uma ação de conjunto para garantir a estabilidade econômica e política do país, para não aumentar a instabilidade na economia. Já é possível perceber claramente uma movimentação de frações burguesas, como ficou patente nas manifestações da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), além de meios de comunicação com a Globo, no sentido de conter a crise política e assentar as bases para a estabilidade. É possível que o avanço da crise mundial e brasileira jogue por água abaixo essa iniciativa da burguesia e impulse os setores da oposição burguesa, ainda mais se as investigações da Lava Jato se aprofundarem. Entretanto, nesse momento, o que interessa à burguesia é garantir os seus lucros e para isso não medirá esforços no sentido de acalmar as frações burguesas em disputa e condicioná-las a uma saída da crise, preservando a estabilidade política até as próximas eleições. Tudo dependerá do avanço da crise capitalista.

A Agenda Brasil, anunciada pelo Senador Renan Calheiros e acolhida com simpatia pelo governo Dilma (PT) é composta de pelo menos três pontos: melhorias do ambiente de negócios e infraestrutura, equilíbrio fiscal e “proteção social”. No primeiro ponto, estão previstos incentivos ao setor privado, proteção dos contratos e das Parcerias Público-Privadas (PPP); aperfeiçoar e ampliar as concessões (privatizações); aprovar e expandir a terceirização; atrair capitais para setor de mineração; exploração de zonas costeiras, áreas naturais protegidas e cidades

históricas; ações que impactam áreas indígenas; incentivo às exportações; no segundo ponto, estão incluídas as seguintes ações: venda de ativos patrimoniais e imóveis da União; flexibilizar ainda a desvinculação da receita orçamentária; novas medidas de ataque aos aposentados com definição de idade mínima para aposentadoria; medidas quanto aos reajustes de servidores; no terceiro ponto, estão previstas: crédito subvencionado e desoneração de folha de pagamento para empresas; medidas contra a saúde pública, inclusive proibição de liminares judiciais que determinam o tratamento com procedimentos experimentais, onerosos e não homologados pelo SUS, além de cobrança de procedimentos por faixa de renda; medidas no campo na educação, entre outras.

Como observamos, capitalistas, governos federal e estaduais e congressistas não têm dúvida sobre a necessidade de uma frente única contra os trabalhadores, a juventude, o campesinato e demais explorados. E os explorados? Estes estão fragmentados em várias centrais sindicais (entre elas a CUT, CTB, FS etc.) e controlados, na sua maioria, inclusive os setores mais importantes do proletariado brasileiro, pelo governismo. Este setor da esquerda saiu no dia 20 em defesa de um governo que ataca sistematicamente os trabalhadores, escondendo o caráter de classe do Estado e do governo, os ataques em curso, levando os trabalhadores a serem arrastados pela disputa interburguesa (PT-PMDB/PSDB-DEM) em torno do orçamento e do Estado. Não há como conciliar a defesa de um governo que ataca os trabalhadores e os direitos dos explorados. Os trabalhadores estão literalmente desarmados diante dos ataques já aprovados e dos que virão.

A tarefa colocada é a de conformar uma frente única em defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores, para derrubar as medidas aprovadas e as que estão em curso no Congresso. Para tanto, é preciso que a CUT e a CTB rompam com o governo e que chamem plenárias nacionais, regionais e locais para organizar as suas bases. É preciso que a Conlutas e Intersindical impulse as plenárias para organizar as lutas. A UNE e o MST não têm como se colocar ao lado dos explorados e da juventude de mãos dadas com o governo Dilma (PT). Por fim, é preciso defender as reivindicações vitais dos explorados como o salário mínimo vital, a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, por meio da escala móvel das horas de trabalho, o reajuste automático dos salários (escala móvel de reajuste), a entrega das terras aos camponeses e garantias de moradias ao sem tetos, a defesa da saúde e da educação públicas contra a privatização e a desnacionalização em curso no Brasil.

Reacionária manipulação da crise política

Declaração do Partido Operário Revolucionário sobre a manifestação pró-impeachment do dia 16 de agosto 2015

A terceira manifestação convocada pelas redes sociais, mais uma vez, se concentrou nos escândalos de corrupção. Esse tem sido o caminho aberto por “organizações” montadas artificialmente para exercer ações políticas sobre a classe média, como é o caso do “Movimento Brasil Livre” (MBL), “Vem pra Rua”, etc.

As bandeiras do “Fora Dilma!”, “Fora Lula!” e “Fora o PT!” estiveram, nas manifestações do dia 16 de agosto, içadas em meio aos gritos de louvor a ao juiz curitibano da Polícia Federal, Sérgio Moro. Mas que mais chamou a atenção foi o fato do MBL, Vem pra Rua e outros não se referirem ao presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, metido na corrupção até o nariz.

Atribuir ao governo do PT a inteira responsabilidade sobre as negociatas da Petrobrás é cometer incontestável fraude. Isso se passou com o “mensalão” petista, quando se deixou de investigar sua origem no governo de Eduardo Azeredo, do PSDB, em Minas Gerais. Fato esse que denuncia as motivações políticas entranhadas nas acusações, nas apurações e nos processos dessa natureza. No presente caso, está mais do que demonstrado que as mesmas mãos das empreiteiras que aflagaram o PT aflagaram o PSDB, PMDB, PSB e outros partidos.

Entre as forças em disputa pelo poder do Estado, não há inocentes. De maneira que utilizar a bandeira da corrupção somente contra Dilma, Lula e o PT é uma arbitrariedade reacionária.

A classe média - em particular suas camadas mais ricas, por sua natureza social - abriga o conservadorismo e o reacionarismo social e políticos. É bem provável que a maior parte dos manifestantes sempre se tenha oposto à ascensão do PT e cultivado o ódio contra o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva pelo fato deste ser um operário.

O moralismo pequeno-burguês contra a corrupção serve de máscara para ocultar que esta tem suas raízes nas relações mercantis do capitalismo e é inerente ao Estado e à política burguesa. Temos exemplos históricos nesse sentido. Tomemos o caso no golpe militar de 1964. A reação oligárquica ao governo burguês nacionalista de João Goulart levantou a bandeira da anticorrupção e a vinculou à do anticomunismo. A ditadura militar foi saudada pela classe média como salvadora do País. Como a memória histórica também é manipulada pelos representantes da classe capitalista, esquece-se que o regime militar findou em meio a escândalos de corrupção.

Se se investigarem a fundo as poderosas empreiteiras, se verificará o quanto foi utilizado o Tesouro público para enriquecer seus proprietários. O superfaturamento nas obras públicas é uma prática, pode-se dizer, tanto hoje como no passado, comum e previsível. Vejam o caso do assalto ao cofre do estado de São Paulo pelas poderosas multinacionais encarregadas de construir o Metrô nos governos do PSDB.

O desvio de recursos públicos foi suficientemente comprovado. As empresas envolvidas em prática de cartel reconheceram a venalidade. A Justiça fez um arranjo e os políticos do PSDB acabaram como inocentes injustiçados. Os processos

foram engavetados sem que o MBL, Vem pra Rua, etc. convocassem manifestações contra o PSDB, Covas, Serra, Alckmin, Nunes, etc.

Contra o governo petista, em nome da democracia e da moralidade, meia dúzia de blogueiros passou a organizar manifestações da classe média em todo o país, utilizando-se das divisões interburguesas no Estado. Não seria possível um fenômeno político de tal magnitude se não fosse a manipulação das próprias instituições do Estado, entre elas a Polícia Federal. E, em particular, a grande imprensa, que se encarrega de transformar os vazamentos da Operação Lava Jato em campanha política.

Coube aos editores e aos adestrados jornalistas criar a imagem do PT e de seus governos como sendo os mais altos responsáveis pela bandalheira. Armaram a tese de que antes a corrupção era errática e, depois, com os petistas, se tornou sistemática. Essa tem sido a base sobre a qual se têm discriminado os petistas, que certamente não poderiam se tornar em exímios quadrilheiros sem que passassem pela escola de bandidagem da burguesia.

Assistimos ao espetáculo de Aécio Neves, em Belo Horizonte, José Serra em São Paulo e Aloizio Nunes em Brasília se juntarem definitivamente aos blogueiros do antipetismo. O jovem aventureiro Kim Kataguiri, criador do MBL, havia esbrachado Aécio Neves por este não ter se servido da bandeira do “impeachment”, desfraldada nas manifestações de 15 de março e 12 de abril. Ontem, no entanto, o MBL ofereceu-lhe a tribuna para que o crápula da política burguesa condenasse a corrupção no governo petista. Nunca o Sr. Aécio Neves conseguirá apagar a mancha da venalidade por ter construído um aeroporto no perímetro de uma fazenda da família.

A estimativa de que a somatória dos atos no País alcançou apenas 790 mil contrariou a perspectiva de superar a segunda manifestação e retomar os marcos da primeira. Nesse sentido, os blogueiros aventureiros e a oposição que pretendem chegar ao impeachment viram o respaldo da classe média cair. É claro que nos referimos ao respaldo pela mobilização de rua. Quase metade dos manifestantes compareceu ao ato de São Paulo. O que quer dizer que, excetuando uma ou outra capital, as manifestações foram rarefeitas. Destaca-se que o ato de Belo Horizonte esteve esvaziado (entre 6 a 7 mil). É bem provável que a diminuição da presença se deve, em grande medida, à desconfiança sobre a possibilidade do impeachment. Em São Paulo, a campanha de arregimentação para o dia 16 foi intensa. Mas o essencial é que se trata de um estado por quase duas décadas dirigido pelo PSDB, que ainda continua imbatível. A grande concentração da classe média rica e remediada se encontra justamente nesse estado. Essa base social se estreita nas regiões Nordeste e Norte. Tal composição explica, em parte, a pequena repercussão nas regiões onde as amplas massas oprimidas foram responsáveis pela elevação do PT ao poder.

A maioria oprimida que confiou no petismo para solução de seus duros problemas não se deixa manipular pelo movimento pró-impeachment ou simplesmente o desconhece. As

denúncias de corrupção e a campanha sistemática da grande imprensa não dizem respeito às suas necessidades vitais. Recordemos que as gigantescas manifestações de junho de 2013, embora dispersas em suas reivindicações, foram motivadas pelas altas tarifas de ônibus, energia, água e pela situação precária da saúde e da habitação. Justamente os porta-vozes da burguesia, por meio da grande imprensa, procuraram canalizá-las para as bandeiras da moralidade, da anticorrupção. Instintivamente, os explorados colocam no mesmo plano da bandidagem e politicagem burguesas o PT, PSDB, PMDB e demais partidos com expressão nacional. Não se pode confundir o descontentamento das massas com a rejeição da classe média ao governo do PT. A pesquisa de intenção que avalia o governo simplesmente coloca todas as classes e camadas no mesmo terreno. Não serve, portanto, de indicador de que a maioria nacional apoie a campanha pelo impeachment.

O PT e seus governos prestaram valioso serviço à burguesia. O mais inestimável deles foi a da elevação do grau de estatização dos sindicatos. Não é pouca coisa transformar a CUT em correia de transmissão da política burguesa do governo Lula e Dilma. O assistencialismo petista não fez senão ampliar o assistencialismo do PSDB. Na crise, setores do capital reclamam de seu peso. Mas o fato é que a burguesia paga pouco para ocultar as gangrenas do capitalismo e evitar que a luta de classes se potencie. Essa avaliação é decisiva, principalmente em se tratando da crise política e da ofensiva da reação em se desfazer do governo do PT pelo golpismo institucional.

É claro que o PT e seus governos se meteram no pântano da corrupção. Bem entendido, não criaram o pântano. Não por acaso, se envolveu com as empreiteiras, que parasitam o Estado. Seu apodrecimento político não começou depois que chegou à presidência da República. O processo é anterior. Culminou com a conhecida Carta ao Povo Brasileiro, ditada pela burguesia e assinada por Lula. Somente mediante um compromisso de classe foi possível o PT contar com os milhões de financiamento de campanha eleitoral. Uma vez com o governo em mãos, as portas para todo tipo de falcatruas não apenas se abriram como passaram a ser a condição de existência material e política do PT. Essa explicação não pode ser feita por nenhum analista da burguesia. Trata-se de uma demonstração de classe. A burguesia é a classe social que gera todo tipo de deformação em sua política de dominação. Está aí por que enquanto for a classe dominante, não há nenhuma possibilidade de combater seriamente a venalidade e a bandidagem no seio de suas instituições, que inclui a imprensa.

O proletariado, por sua vez, é a única classe que pode pôr fim ao pântano putrefato. Não o faz porque não está sob a direção do partido revolucionário e se encontra controlado pela burocracia sindical que serve de instrumento para a política geral de dominação burguesa. A corrupção em grande escala é tão somente um sintoma do esgotamento e desintegração do capitalismo. Manifesta-se, por isso, em todos os países, com menor ou maior repercussão. A política do proletariado não combate a corrupção em si mesma. Se o fizesse cairia no moralismo hipócrita da burguesia e da pequena burguesia reacionária. Combate-a a partir da raiz do problema, que se encontra

nas relações capitalistas de produção. A expropriação da grande propriedade dos meios de produção e sua transformação em propriedade social é o ponto de partida para a extinção de todas as chagas do capitalismo. A revolução proletária cumprirá esse objetivo.

Os explorados estão descontentes com o governo de Dilma Rousseff, porque este está em posição de ataque às suas condições de existência. Não sabem o sentido exato da política econômica voltada ao “ajuste fiscal”. Mas sentem na pele as suas duras consequências. O governo não é identificado apenas como aquele que arrancou direitos trabalhistas e previdenciários (MPs 664-665), mas também como aquele que arranca seus empregos e reduz os salários. O fato de não haver um levante do movimento operário contra o governo é reconhecido por setores da burguesia que temem a luta de classes, principalmente numa situação que combina a crise econômica com a política. Esse controle dos movimentos operário, camponês e popular tem permitido a oposição burguesa incentivar a classe média a ganhar as ruas sob as bandeiras de combate à corrupção e do impeachment de Dilma.

A burocracia sindical e o próprio PT não encontraram condições para mobilizar a classe operária em defesa do governo. É certo que não se viram premidos a tomar alguma atitude radical de confronto com o PSDB/DEM. Contam com a fidelidade do PMDB, sob a direção do vice-presidente, Michel Temer. E com a divisão interburguesa diante da bandeira do impeachment, divisão essa que se manifesta no interior da própria oposição. É difícil avaliar com precisão se a burocracia petista e seus aliados serão capazes de ganhar a confiança da classe operária para uma empreitada tão inglória. A desmoralização do PT se evidencia no dia-a-dia. Tudo indica, portanto, que a subsistência do governo Dilma depende quase que exclusivamente de setores da burguesia.

Os explorados, na realidade, nada têm a ver com o governo de Dilma e nada de bom podem esperar dele. A crise tem aumentado a probabilidade de a oposição abrir um processo de impeachment, mas que ainda não se configura como determinante. A maioria oprimida desconhece se o governo está firme ou prestes a cair. O que explica essa atitude diante do desenlace da crise política é o fato de governo e oposição serem identificados como responsáveis pela volta do desemprego, da alta do custo de vida e piora nas condições gerais de existência.

O PSDB e seus aliados falseiam suas posições diante da política econômica de Dilma, procurando não se identificar com as suas medidas antinacionais e antipopulares. Mas as experiências que os oprimidos realizaram com o governo de Fernando Henrique Cardoso lhes mostram que fariam o mesmo ou pior.

No dia 20, a CUT, CTB, MST e MTST farão uma manifestação de defesa de Dilma. Disfarçam esse objetivo com cínicas críticas às suas medidas antipopulares. A crise ampliou a divisão interburguesa e as massas são pressionadas a seguir os governistas ou os oposicionistas. O fundamental da situação está na luta da vanguarda pela independência da classe operária diante das variantes da política burguesa. Trata-se de travar o combate pelas reivindicações das massas, por meio do qual torna-se possível organizar a Oposição Revolucionária ao governo burguês de Dilma Rousseff.

Por que o Partido Operário Revolucionário não convoca o ato da CUT de 20 de agosto

Diante da crise política, não se trata de apoiar o governo burguês de Dilma Rousseff, acossado pelo movimento pró-impeachment do PSDB/DEM. O ato da CUT está sendo convocado justamente com esse objetivo.

O palavreado sobre a democracia, liberdade e direitos mal disfarça o alinhamento da direção da CUT, CTB, MST, MTST e UNE ao governo, que ataca sem meias palavras o seguro-desemprego, as pensões, os abonos e o auxílio defeso. As medidas antioperárias das MPs 664-665 já estão em prática. Esse mesmo governo pôs em andamento uma nova rodada de privatizações, que inclui parte da Petrobrás e da Caixa Econômica Federal.

Em seu reatamento com os Estados Unidos, depois do escândalo de espionagem, Dilma abriu o caminho para acordos nas áreas militares, meio ambiente e comerciais, que comprometem a soberania nacional.

Para se proteger, no Congresso Nacional, da ofensiva da oposição, Dilma foi ao encontro do presidente do Senado Renan Calheiros e aceitou discutir a chamada “Agenda Brasil”. Está para ser montado o “Fórum de Debates sobre Políticas de Trabalho, Renda, Emprego e Previdência”. Renan pretende que o governo aceite a regulamentação da terceirização, a mudança nas regras de aposentadoria, alteração nos marcos jurídicos que regulamentam as áreas indígenas e demarcações de terras, etc.

De fato, o governo burguês de Dilma está nas mãos do PMDB. É público e notório que o vice-presidente Michel Temer passou de figura decorativa no primeiro mandato de Dilma para avalista da governabilidade neste segundo mandato.

A aceitação de Dilma Rousseff da entrega do ministério da Fazenda a um representante do capital financeiro, Joaquim Levy, ditado pelos banqueiros e credores internacionais da dívida pública, definiu imediatamente a diretriz antinacional e antipopular que tomaria o governo. Não há a menor dúvida de que o governo do PT reatou os elos da política econômica caracterizada pelos próprios petistas de neoliberal da época do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Não se trata, no entanto, apenas da orientação econômica e ideológica do governo, mas fundamentalmente do seu caráter de classe. Os defensores de Dilma Rousseff ocultam seu conteúdo burguês. Nas condições atuais, o PT coligado ao PMDB forma um governo burguês determinado a aplicar abertamente uma política econômica antinacional e antipopular. Aqueles que ocultam a natureza de classe do governo Dilma objetivam confundir os explorados para arrastá-los em seu apoio.

Não temos dúvida de que há situações em que é necessário organizar a classe operária em defesa de um governo burguês-nacional. É no caso de uma ofensiva do imperialismo para derrubá-lo. Diante de um golpe militar, é imprescindível defender a democracia burguesa. Em todos esses casos, a classe operária se mobiliza independentemente do governo burguês e da fração capitalista que o apoia. Luta com seus métodos e procura criar seus próprios organismos. Combate a ofensiva imperialista e de seus aliados internos não para preservar o governo, mas para criar as condições necessárias à tomada do poder.

A crise política do momento não expressa nenhuma dessas condições, que obrigaria o proletariado a se colocar do lado do governo petista. Trata-se de uma disputa interburguesa, que vem se desenvolvendo antes, durante e depois das eleições de outubro do ano passado. Não há golpe militar! Não há intervenção do imperialismo!

Nota-se que o próprio governo e o PT não recorrem às massas para se defender contra o golpismo institucional do PSDB/DEM. Deixam essa tarefa para a CUT, CTB, MST, MTST e UNE. O que Dilma tem

feito para se preservar é atender aos interesses do grande capital e do imperialismo; é confiar a missão ao seu vice para constituir um pacto de estabilidade política; é ir ao encontro de Renan Calheiros; é se justificar diante de um Tribunal de Contas que se aliou aos objetivos da oposição.

Por que a CUT e seus aliados saem em apoio a um governo que não defende a si próprio perante as massas? Porque são correia de transmissão da política burguesa do governo e do PT no movimento sindical, camponês, popular e da juventude. Está mais do que claro que Dilma, desde o primeiro dia de seu segundo mandato, mandou às favas seu programa eleitoral, programa esse que os petistas e a burocracia sindical qualificaram de democrático, popular e de desenvolvimento econômico com distribuição de renda.

Dilma pôde mentir sem pudor para as massas, dizendo que não aplicaria medidas antipopulares, como propunha Aécio Neves; agora, diante de fatos tão contundentes, a CUT e seus aliados se veem metidos em uma camisa-de-força. Viram seu governo baixar as MPs 664 e 665 sem esboçar uma verdadeira reação. Somente convocaram manifestações, como esta do dia 20, porque o PSDB/DEM e parte da base aliada de Dilma têm golpeado a governabilidade e preparado o terreno para o impeachment.

Hipocritamente, declaram que estão pelos direitos. Ora, o principal sindicato da CUT (o sindicato metalúrgico do ABC), a Força Sindical, etc., finalizaram com o governo e com as multinacionais o projeto de redução da jornada com redução dos salários (PPE). O que é isso senão a quebra de direitos. Os sindicatos assim não lutam pelos empregos e salários. Servem de intermediários entre a classe operária e a patronal para impor as medidas de flexibilização capitalista do trabalho.

Há muito que a burguesia e seus governos vêm destruindo direitos e impondo retrocessos sem que a CUT tivesse combatido em defesa das conquistas. Dizer agora que está pelos direitos é uma mentira que serve para mascarar a defesa do governo burguês de Dilma Rousseff, que de tão ingovernável foi colocado na dependência do PMDB. Convocar a classe operária e demais explorados a apoiar o governo antinacional e antipopular de Dilma, em nome do combate à direita golpista, é uma traição aos interesses dos explorados.

O conteúdo da manifestação deveria ser outro: revogação imediata das MPs 664/665, da MP 680 do PPE e do PL 4330 da terceirização; fim das demissões em massa, readmissão dos demitidos, redução da jornada sem redução salarial, escala móvel das horas de trabalho e controle operário da produção; não à redução da maioria penal, não à Lei Antiterrorismo, direito irrestrito de greve e manifestações.

Independência política diante da luta interburguesa!

**Nenhum apoio ao movimento antidemocrático de impeachment!
Nenhum apoio ao governo burguês antinacional e antipopular de Dilma!**

Por em pé um Tribunal Popular, constituído a partir das fábricas, locais de trabalho, bairros operários e escolas para investigar todos os crimes dos partidos burgueses e punir os responsáveis!

Organizar uma oposição revolucionária de massa ao governo burguês de Dilma, que tenha por objetivo conquistar o poder do Estado pela via da luta de classes e constituir um governo operário e camponês, a ditadura do proletariado.

Operários, demais trabalhadores e juventude oprimida, organizemos nossas forças lutando por nossas reivindicações, com nossos métodos próprios de luta e nossa estratégia de governo operário e camponês!

Elogios de PCO

“Assim que se fala, Vagner Freitas”, diz o editorial do jornal Causa Operária. Seu redator elaborou a frase de maneira a expressar o máximo de ardor com a surpresa diante de tamanho radicalismo do presidente da CUT, ao dizer que, para defender o mandato de Dilma, iria às ruas com armas nas mãos.

PCO se tornou, pela esquerda, no maior defensor do mandato de Dilma, em seu embate pela sobrevivência contra a ofensiva da oposição burguesa. Não lhe importa o que Dilma faça ou deixa de fazer. Acima de tudo, está o objetivo de garantir seu mandato diante do movimento pró-impeachment. Se é preciso renunciar à luta dos explorados contra os ataques do governo, assim deve ser para derrotar a direita golpista.

Os redatores de Causa Operária abstraem o caráter de classe do governo burguês de Dilma e relevam sua diretriz anti-nacional e antipopular. Prendem-se ao suposto choque entre esquerda e direita, desconsiderando as experiências dos governos petistas, que demonstram seu papel contrarrevolucionário. Simplesmente, desconhecem que Dilma vem se socorrendo do apoio do grande capital e que a CUT expressa o alto grau da estatização dos sindicatos no Brasil ao sair em defesa do governismo.

O editorial de apoio ao embuste (defesa de Dilma com armas em mãos) de Vagner sequer toma o cuidado de entender o que diz o burocrata. Reproduz sua colocação sem refletir sobre seu conteúdo de classe. Vejamos o que diz Vagner: “Somos defensores da unidade nacional na construção de um projeto

nacional de desenvolvimento para todos e todas.”

Exatamente a tese com a qual o PT se preparou para chegar ao poder do Estado é a do “projeto nacional de desenvolvimento” e é com ela que se meteu a fundo na política oligárquica da burguesia. Como assinar em baixo dessa premissa do nacionalismo burguês? Como ignorar que fracassou historicamente? E como desconhecer que o PT está há 13 anos no comando do Estado e se mostrou incapaz de realizar as reformas mais elementares do desenvolvimentismo capitalista do país semicolonial, a exemplo da reforma agrária?

A defesa da “unidade nacional” é um apelo de Vagner à unidade entre as classes.

PCO enfeita seu apoio a Vagner descrevendo os ataques da oposição à menção que fez sobre a defesa de Dilma com as armas. Somente os tontos levaram a sério os impropérios da imprensa. A ninguém com um mínimo de ideia passou pelo cérebro que Vagner estava fazendo uma ameaça para valer. O impostor, amarrado à democracia e ao domínio da burguesia, jamais se colocaria por um levante armado.

Vagner, ao mesmo tempo em que apimenta o verbalismo pró-governo, mantém os metalúrgicos desarmados politicamente diante da destruição de milhares de postos de trabalho e demissões em massa. PCO não vê nenhum inconveniente em omitir em seu “Assim é que se fala”, que Freitas é responsável pelo PPE. Assim, pode-se acrescentar na frase de PCO a frase complementar: “Assim é que se faz, Vagner Freitas”!

Ceará – Balanço dos atos dos dias 16 e 20 de agosto

É preciso a unidade dos explorados em defesa de suas reivindicações e da independência política

As manifestações convocadas nos dias 16 e 20 de agosto em Fortaleza expressaram a disputa interburguesa, que marca a crise política no segundo mandato de Dilma Rousseff. De um lado, a oposição burguesa, liderada pelo PSDB, novamente arrastou a classe média em defesa do impeachment. Na capital cearense, o deputado fascista Jair Bolsonaro esteve presente, um dos locutores da manifestação incitou os manifestantes a rechaçarem não só o suposto governo comunista como os comunistas em geral, pois estes estariam arquitetando uma revolução no Brasil.

Segundo os organizadores, a manifestação contou com cerca de 50 mil manifestantes, já a polícia contabilizou 15 mil. Apesar da discrepância, é inegável que a manifestação teve grande adesão. As fotos e vídeos mostram as manifestações de ódio da classe média ao governo, desconhecendo seu caráter burguês. O PSDB com seu oposicionismo golpista está favorecendo grupos minoritários que pelo seu anticomunismo constituem, pode-se dizer, em um embrião da direita fascizante

no seio da classe média rica.

A manifestação do dia 20, que foi convocada nacionalmente pela CUT, CTB, MST e MTST e assinada pelo PSOL e PCB, se dividiu na capital. Nas reuniões de preparação, os governistas fizeram a defesa de que o ato fosse a favor da democracia, ou seja, estavam pela defesa aberta do governo. Organizaram-se então dois atos: um pela manhã, com MTST, Intersindical e PSOL, defendendo a luta contra o ajuste fiscal, “Fora Cunha” e por uma “saída de esquerda” e por “reformas populares”. Nota-se que não se fala nada sobre o governo Dilma, que aplica as medidas antinacionais e antipopulares. À tarde, os governistas da CUT, CTB e MST mobilizaram seus aparatos sindicais para a defesa aberta do governo. Reuniram, segundo eles, 20 mil pessoas, já a polícia estimou 2,5 mil.

Diante da disputa interburguesa em torno do poder, o POR vem lutando pela defesa das reivindicações dos explorados, de sua independência política e pela estratégia do governo operário e camponês.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Plenária Sindical e Popular aprova Marcha

A plenária do dia 27/08 contou com cerca de 90 ativistas. Participaram representantes do movimento sindical, estudantil e popular e os partidos de esquerda, PSTU, PSOL, PCB e o POR.

Atenagoras abriu a reunião explicando o objetivo da construção de uma marcha denominado pelo representante do PSTU como sendo de um campo alternativo dos trabalhadores para o dia 18/09, em São Paulo. Um ato contra o governo Dilma, mas também contra o Governador Geraldo Alckmin e contra a direita. Em seguida passou a palavra para um dirigente da CGTB, que defendeu a derrubada imediata do governo Dilma, acusando que este praticou um estelionato eleitoral, que está aplicando ataques às condições de vida do povo, levando a nação a uma grande crise moral, política e econômica, com o saque da Petrobrás. Por estes motivos, se colocou à disposição para ações conjuntas de massas para a preparação do dia 18.

Também tomaram a palavra o Psol, MRT, Luta Socialista Combate Socialista, Luta Popular, DCE e UBES (minoritária). Todos reforçaram a necessidade da marcha. Evidentemente, cada um à sua maneira, criticou o governo e o Congresso Nacional que tem aprovado medidas reacionárias, como a redução da maioria penal.

O POR defendeu a necessidade de dar uma resposta ao ajuste fiscal, às demissões e ao arrocho salarial, que são consequências da ofensiva dos governos e patrões sobre as massas para despejarem o peso da crise econômica sobre suas costas. Que é necessária a mais ampla unidade para enfrentar os capitalistas e os governos, pois os movimentos que têm acontecido de resposta dos trabalhadores têm permanecido isolados, e assim não têm tido a força necessária para derrotar os capitalistas. A construção de uma unidade na luta, com base no método das greves, manifestações e bloqueios de rua, ao redor das bandeiras de abaixo o ajuste fiscal, defesa do emprego por meio da flexibilização operária do trabalho

contra a flexibilização capitalista e fim do arrocho salarial, permitirá que os trabalhadores e a juventude desenvolvam a oposição revolucionária ao governo Dilma, sob a estratégia de um governo operário e camponês.

Reafirmou que não se trata de apontar para uma saída eleitoral. A defesa do chamado terceiro campo leva a isso. Não há terceiro campo. Há a burguesia e os governos, que travam uma disputa pela condução do Estado, mas numa unidade ao redor das medidas de ataques aos direitos, empregos e salários. Os trabalhadores e a juventude têm de defender e lutar pelas reivindicações gerais dos explorados com independência de classe.

Por isso, a manifestação do dia 18/09 deve ser um passo para erguer uma plataforma unitária de reivindicações, que sirva à unidade total na luta contra o ajuste fiscal, demissões e arrocho salarial.

Em seguida, passou a circular uma proposta de cartaz para a convocação do dia 18/09. As chamadas do cartaz são: “Contra Dilma-PT, Contra Temer-PMDB e Aécio/PSDB; Derrotar o ajuste fiscal; que os ricos paguem pela crise; Por uma alternativa classista dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre!” Como se vê, não há uma chamada para a defesa do emprego e salários justamente num momento de mais de 500 mil demissões e arrocho salarial, e o centro do ato será a luta pela chamada “alternativa dos trabalhadores”, que é entendida como uma frente eleitoral alternativa à disputa PT/PSDB.

A conclusão é que a quase totalidade das forças presentes se colocou pela campanha por uma alternativa dos trabalhadores à disputa PT/PSDB, que se concretiza numa perspectiva eleitoral. O POR vai se empenhar na realização da marcha do dia 18/09, sem confundir sua política de oposição revolucionária ao governo Dilma com a do eleitoralismo dominante.

Declaração do Partido Operário Revolucionário ao Congresso da CUT

Aos delegados,

A situação econômica e política é muito grave para que não se tenha um Congresso classista, combativo e revolucionário. Os delegados devem rejeitar um Congresso que sirva a palestras acadêmicas, a discussões difusas e a festividades. Se o Congresso fosse expressão do que se passa nas fábricas e nos demais locais de trabalho, certamente aprovaria um plano de lutas e medidas práticas correspondentes. No mesmo sentido, se estivesse em sintonia com a crise econômica, se dedicaria a responder aos grandes problemas que afligem o País e a vida da maioria oprimida. Até onde conhecemos sobre a preparação do Congresso e sobre os objetivos estabelecidos pelos organizadores, temos a certeza de que não haverá um Congresso verdadeiramente proletário, concentrado em discussões fundamentais para o movimento dos explorados e disposto a organizar a luta nacional contra a exploração capitalista, as ações de flexibilização do trabalho e demissões, as medidas governamentais de ataque aos direitos sociais, a alta do custo de vida, a pobreza, miséria e fome da população. Não perdemos a esperança, porém, que entre os delegados compareçam aqueles que vieram à procura de respostas diante dos ataques sofridos pela classe operária e demais explorados.

Companheiros, lutemos por um Congresso classista e revolucionário!

Ponto de partida

Coloca-se na ordem do dia a luta pela independência da CUT e sindicatos diante do Estado e do governo do PT. A experiência tem mos-

trado que o apoio da CUT ao governo tem custado caro ao movimento operário. Tem comprometido a autonomia sindical. O que consequentemente enfraquece a capacidade de levantar reivindicações próprias, combater com método da ação direta e constituir a unidade operária. A integração da CUT na política de Estado desnatura e destrói o caráter de classe das organizações de massa. A sua direção passa a ser correia de transmissão da política burguesa no seio da classe operária e do movimento sindical. Ao não diferenciar a natureza de classe da política, as direções se colocam no terreno da colaboração de classes. Não por acaso, os explorados se acham despreparados para enfrentar a crise econômica e as medidas que recaem inteiramente sobre suas costas.

O predomínio da tese de que são possíveis soluções alcançadas em comum acordo, de maneira que tanto o capital quanto o trabalho saem ganhando, vem resultando em submissão dos sindicatos e da Central às diretrizes da classe capitalista e do governo. A implantação da flexibilização capitalista do trabalho comprova essa afirmação. O Programa de Proteção ao Emprego (PPE) é o exemplo mais recente da capitulação das direções sindicais às pressões das multinacionais. A política de que a greve é o último recurso a ser utilizado, depois de ter cedido às exigências patronais, por meio dos denominados “acordos”, resulta em renúncia à força coletiva do proletariado para se defender contra a exploração, contra as crises e contra as arbitrariedades patronais.

O Congresso da CUT daria um passo progressivo se fizesse um severo balanço crítico da política de colaboração de classes e de apoio

ao governo. Balanço este que não se restringiria à sua própria direção. O movimento operário e sindical de conjunto deve passar pelo crivo da crítica classista. É evidente que a Força Sindical, ao lado da CUT, é também em grande medida responsável pelo despreparo, desorganização e estilhaçamento da classe operária diante da burguesia e dos governos.

Os delegados, baseados no balanço, devem se colocar pelo rompimento da CUT com o governo do PT, declarando sua independência. Devem desvincular a CUT da política eleitoral burguesa, seja do PT ou de qualquer outro partido da ordem capitalista. Devem condenar a política de colaboração de classes. Devem rejeitar a participação nos fóruns governamentais, que resultam em compromissos com a política dita tripartite. Devem assumir a democracia sindical plena e os métodos de luta próprios da classe operária.

Sem essas premissas políticas, nada que se aprove de importante para os explorados neste Congresso terá qualquer serventia.

Unificar regional e nacionalmente os explorados contra as medidas governamentais e parlamentares

É preciso reconhecer que o país atravessa uma nova situação econômica e política. A decisão do governo de Dilma Rousseff de impor um ajuste fiscal às custas dos trabalhadores exige do Congresso uma firme posição. Não basta em palavras dizer que está contra a retirada de direitos trabalhistas e previdenciários. A tarefa consiste em convocar todas as forças sindicais, populares e estudantis a organizar um movimento unitário regional e nacionalmente.

O Congresso deve aprovar a reivindicação de revogação imediata das MPs 664, 665 e 680 e impedir que a Lei da Terceirização seja definitivamente aprovada e implantada. Trata-se de um retrocesso nas leis trabalhistas sem precedentes. É inaceitável que o governo do PT corte verbas da saúde e da educação e ataque o funcionalismo público. É inaceitável que a greve das universidades e institutos federais seja simplesmente desconsiderada pelo governo. A Câmara Federal acabou de aprovar a PEC que reduz a maioria penal e a lei antiterrorista para processar e prender manifestantes. De conjunto, temos uma ofensiva reacionária da burguesia contra a classe operária e as massas populares. Enquanto as Centrais e os sindicatos estiverem subordinados à política de Estado, os setores mais conservadores e reacionários da burguesia e da classe média se sentem livres para impor medidas antioperárias e antipopulares.

O Congresso deve avaliar no geral essa ofensiva e aprovar uma resolução que obrigue as direções sindicais a organizarem uma campanha nacional em defesa dos explorados.

Responder com greves e manifestações à ofensiva patronal

Os sindicatos não podem aceitar que os assalariados paguem pela crise de superprodução. No entanto, é o que está acontecendo. Só na primeira metade deste ano, destruíram 500 mil de postos de trabalho. E outros milhares estão sob ameaça. Greves, manifestações e acampamentos têm ocorrido no setor metalúrgico. O problema está em que permanecem isolados, como se as demissões fossem pontuais. Falta uma política de unificação dos movimentos. A CUT e demais Centrais deveriam cumprir esse objetivo. Vemos que não há um plano que responda a essa ofensiva patronal. Predomina na maioria dos sindicatos a adesão à flexibilização capitalista do trabalho. Tornou-se parte da política sindical o PDV, lay-off, banco de horas e, agora, desgraçadamente, o PPE.

O Congresso deve rechaçar a flexibilização capitalista do trabalho e levantar a bandeira de *flexibilização operária do trabalho: redução da jornada sem redução do salário, estabilidade no emprego, efetivação de todos os terceirizados, fim de todo tipo de terceirização e escala*

móvel das horas de trabalho.

Com essa plataforma, a CUT deve orientar os sindicatos a romperem com a flexibilização capitalista do trabalho.

Não submeter a Central à disputa interburguesa pelo poder

Não pode haver a menor dúvida de que é preciso denunciar o golpismo do PSDB/DEM. Esses partidos estão tão comprometidos com o financiamento de campanhas pelas empreiteiras, bancos, etc. quanto o PT, PMDB, etc. O governo Fernando Henrique Cardoso cometeu as mesmas ilegalidades que Dilma quanto ao que se denominou “pedaladas fiscais”. Há que se denunciar também as instituições que se alinham aos objetivos da oposição. A conivência dos responsáveis pela “Operação Lava Jato” e a grande imprensa é sórdida. Os trabalhadores devem ser alertados para essas manobras.

O movimento operário tem seus próprios meios e métodos para combater os crimes da burguesia. A CUT deve utilizá-los em oposição aos meios e métodos do Estado burguês. Trata-se de organizar a luta independente pela constituição de um *Tribunal Popular, eleito desde as fábricas até os bairros populares.*

Será um erro, porém, se o Congresso manter a política de apoio ao governo burguês de Dilma Rousseff. Justamente o apoio que tem sido dado aos governos do PT se levanta como um obstáculo para organizar a luta nacional da classe operária contra a ofensiva da burguesia. Trata-se, ao contrário, de constituir uma *oposição revolucionária* que impulse as reivindicações, unifique as forças e conquiste a independência política dos explorados diante dos partidos da burguesia, dos governos e do Estado.

Responder à crise mundial do capitalismo

O que se passa no Brasil é parte da crise geral do capitalismo. Tanto é que, em todas as latitudes, a burguesia destrói postos de trabalho, impõe a flexibilização, reduz os salários, golpeia a previdência e elimina velhas conquistas do movimento operário. Os sindicatos, por sua vez, se acham presos à velha socialdemocracia e ao estalinismo, de forma que sustentam a colaboração de classes. Mesmo assim, os explorados saem à luta em defesa de suas condições de existência.

A crise não apenas agrava a pobreza e a miséria das massas, mas também recrudescer a opressão imperialista. As potências necessitam de submeter ainda mais os povos e nações semicolônias. É visível o avanço das tendências bélicas do imperialismo. No Oriente Médio, a coligação norte-americana desenvolve uma guerra contra o movimento nacionalista do Estado Islâmico. O Estado sionista de Israel mantém seu expansionismo e está pronto para novas intervenções contra os palestinos. Em torno da Ucrânia, arma-se um palco militar. O mar da China comparece como disputa territorial, típica das disputas da 1ª e 2ª guerras mundiais. Na África, vários países estão conflagrados com guerrilhas e intervencionismo imperialista. Na América Latina, os Estados Unidos trabalham pela derrubada do governo nacionalista da Venezuela. O acordo imposto ao Irã e o reatamento diplomático dos Estados Unidos com Cuba servem de cobertura às tendências bélicas predominantes.

Os delegados devem discutir a crise mundial para traçar uma linha para a Central, que esteja de acordo com o internacionalismo proletário. Em princípio, há que se aprovar o *programa da autodeterminação das nações e povos oprimidos, que implica a organização da frente única anti-imperialista e defesa das bandeiras que defendem com os métodos da classe operária as nações oprimidas por sua independência nacional. Somente sob a orientação do programa da revolução proletária é possível a luta consequente contra as tendências bélicas do imperialismo e fim de todo o intervencionismo.*

Por um Congresso proletário, democrático e revolucionário!

Bahia:

Debate sobre “A Crise do Governo Dilma (PT) e a saída revolucionária”

No dia 20 de agosto, a Corrente Proletária na Educação (CPE), impulsionada pelo Partido Operário Revolucionário (POR), realizou um debate sobre o tema “A crise do Governo Dilma (PT) e a resposta revolucionária” na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA) como parte das atividades da greve nacional docente. A militância da CPE/POR expôs a posição do partido sobre os atos convocados pelos setores da esquerda, em defesa da democracia burguesa e do governo de Dilma Rousseff (PT), sob a justificativa de um suposto golpe em curso, levado a cabo pela oposição burguesa (PSDB/DEM). Os atos se deram em resposta às manifestações realizada no dia 16 de agosto pelos setores da classe média descontentes com o governo.

Para a CPE/POR, apesar da tentativa de mascarar o real propósito dos atos do dia 20 no país, fica patente que se trata da defesa de um governo, que está atacando fundo direitos e conquistas das massas, portanto, como não dá para compatibilizar ao mesmo tempo o apoio ao governo e a luta contra as medidas do próprio governo e do Congresso, a CUT, CTB, UNE, MST e partidos da base do governo (PT e PCdoB), além das correntes que seguiram esse chamado, jogaram literalmente a independência de classe do proletariado e demais explorados no lixo, em função do governismo e da garantia da estabilidade política. A tentativa de fazer um paralelismo entre a situação política anterior ao Golpe de 1964 e a conjuntura atual de crise política serve apenas como recurso retórico para obscurecer a política antipopular e antinacional

do governo Dilma, que protege a propriedade privada e os interesses dos grandes capitalistas nacionais e internacionais (monopólios), impulsiona o agronegócio no campo, a privatização e desnacionalização da educação e saúde, a desagregação do ensino superior, o Ajuste Fiscal para pagar a dívida com os credores e financistas e acena com mais repressão aos movimentos sociais e restrições aos direitos democráticos (Lei Antiterrorista).

O que é preciso impulsionar é a defesa dos trabalhadores e demais explorados contra as medidas de ataques dos governos federal, estaduais, do Congresso e dos capitalistas. Não há como defender os explorados, se apoia e se submete à política do governo. Não há como defender os explorados se a burocracia controla os trabalhadores e impede a sua mobilização e o desenvolvimento da consciência de classe. É preciso uma frente única de luta para barrar o conjunto dos ataques. É preciso que a CUT e a CTB rompam com o governo e que a Conlutas e Intersindical impulsionem nas suas bases as plenárias para organização das lutas e mobilizações. É preciso defender de fato as reivindicações mais elementares dos explorados e vinculá-los à luta pela destruição da exploração da força de trabalho pelos capitalistas. A CPE/POR trabalha pela frente única e defende no movimento docente as reivindicações dos explorados e a necessidade do método da ação direta (manifestações, greves, ocupações, bloqueios). A via do governismo e da disputa interburguesa é de derrota do conjunto dos explorados.

Avança a conformação da frente contra a privatização da saúde pública em Salvador

No dia 22 de agosto, a comissão pró-Frente contra a privatização da saúde pública realizou a sua terceira reunião, com a participação de professores, estudantes, profissionais da saúde, além da Corrente Proletária na Educação (CPE/POR). A proposta de conformação da frente surgiu durante a realização de um debate e lançamento do folheto sobre a Mercantilização e desnacionalização da saúde no Brasil, elaborado pelo Partido Operário Revolucionário (POR), ocorrido em Salvador em junho. A Frente tem como propósito defender a saúde pública contra a privatização em curso, trabalhando pela mobilização, organização e lutas dos explorados e demais setores envolvidos na defesa da saúde pública em Salvador. Temos convocado os trabalhadores, a juventude, demais explorados, sindicatos, movimentos sociais, correntes e partidos de esquerda, que se coloquem claramente pela necessidade da conformação da frente.

Além da carta de lançamento e cartazes com chamamento para as reuniões de organização, na última reunião foram aprovados encaminhamentos como a realização de um debate sobre a “Agenda Brasil e a privatização da saúde”, que será

realizado no dia 9 de setembro, na Faculdade de Educação (FACED/UFBA); foram tirados panfletos, cartazes e faixas para panfletagem em terminais, hospitais e universidades mais importantes da capital. Realizaremos uma reunião com a comunidade em Periperi, em Salvador, com o propósito de conformar o primeiro Comitê em Defesa da Saúde Pública. Participaremos do Grito dos Excluídos em Salvador e já está prevista uma manifestação no Hospital Universitário da UFBA, aprovado pelo movimento docente.

A Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) atua com a defesa de um programa proletário para a defesa da saúde pública e de combate ao processo de privatização e desnacionalização em curso, impulsionados pelos governos estaduais e federal, que importam na penetração do capital financeiro no setor da saúde. A Agenda Brasil, elaborada pelo Senado e vista com simpatia pelo Governo Dilma (PT), significará maiores ataques à saúde pública. Está colocada a necessidade de defender claramente um programa de reivindicações vitais e a bandeira de expropriação do setor privado, com a constituição de um sistema único de saúde, público, gratuito e controlado pela classe operária.

Balanço dos atos dos SPF e das IFEs em Brasília: é necessário radicalizar a greve

No dia 27 de agosto, aconteceu em Brasília mais um ato unificado dos Servidores Públicos Federais (SPF). Desde as quatro horas da manhã, todas entradas do bloco C do Ministério do Planejamento foram bloqueadas. Inicialmente, o Secretário de Relações de Trabalho, do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, condicionou a audiência com uma comissão das entidades e comandos de greve ao desbloqueio, o que foi recusado pelo movimento. Sendo assim, uma reunião foi marcada para as 10h, em outro bloco.

Lá, o governo apresentou a mesma proposta de redução salarial por meio de um reajuste de 21,3% parcelado em quatro vezes, de 2016 a 2019, e reajuste nos benefícios. Anteriormente, o ministro havia dado por encerrada a campanha salarial 2015 dos SPF, afirmando que só receberia as entidades em separado. Na reunião, o governo também anunciou a prorrogação da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 31 de agosto para 11 de setembro.

A comissão de negociação retornou tratando a prorrogação da votação da LDO e uma nova reunião no dia 31 de agosto como vitórias. Assim, ordenou a desocupação das portas bloqueadas. A forma burocrática de encerrar o ato gerou indignação em parte da categoria. Um docente expressou a necessidade de permanecer e o presidente do sindicato disse: “o ato já está encerrado, quem quiser, pode ficar”.

Avançar na ação direta e combater a burocratização

As bases têm sinalizado em suas assembleias a necessidade de radicalização. Havia disposição para manter o bloqueio. A direção atuou de forma desmobilizadora, desperdiçando a força social dos servidores, dentre eles os docentes, e estudantes presentes. Para a noite, foi marcada uma plenária docente na tenda montada na Esplanada dos Ministérios. Os estudantes foram excluídos destas atividades e orientados a aguardarem a informação sobre o que deveriam fazer no dia seguinte.

Formou-se, à revelia da direção, no mesmo local do ato, uma reunião de avaliação que destacou que o método antidemocrático é parte de um problema político, que se expressa em uma política defensiva que não está à altura dos ataques frontais por parte do governo. Esta reunião encaminhou que deveríamos propor na plenária docente da noite: 1) a participação dos estudantes na plenária; 2) que a comissão de negociação consultasse a base sobre as ações a serem tomadas; 3) que houvesse uma ação radicalizada no MEC no dia seguinte; 4) que tivéssemos mais uma reunião de balanço crítico às 19h.

Pela noite, houve uma segunda reunião de avaliação daqueles que manifestaram seu descontentamento com a postura burocrática da direção. Na sequência, houve a plenária geral dos docentes das federais. Inicialmente, a direção foi questio-

nada sobre o que motivou o fim do bloqueio. A alegação foi o acordo entre as entidades dos SPF. Houve várias falas de crítica à atuação da direção. Foi diferenciada a defesa da unidade, necessária para derrotarmos o ajuste fiscal, da soberania dos acordos de cúpulas, que têm se tornado prática nas frentes em que o Andes-SN atua. A unidade superestrutural tende a suprimir as críticas por meio do consenso. Este método está na contramão da democracia sindical e operária. Também foi necessário separar a delegação de decisões que envolvem a segurança na ação direta da delegação política da comissão de negociação decretar o fim do ato, sem nenhuma consulta.

Na noite do dia 27, houve uma plenária dos estudantes, mais uma vez a Corrente Proletária Estudantil e Frente de Esquerda da UFBA defenderam a formação de um comando de greve nacional na categoria. A ANEL foi contra. Junto com a Oposição de esquerda da UNE (Juntos e Rua), a ANEL mantém uma política de submissão ao ANDES.



Manifestação no MEC

No dia 28, o ato em frente ao MEC agregou docentes e estudantes. O mês de agosto teve a ênfase na defesa da pauta específica dos docentes das federais, com a campanha “negocia Janine”, que culminaria com este ato do dia 28. A realização de um ato mais radicalizado foi inviabilizada por questões práticas. O Ministro Renato Janine e o Secretário de Ensino Superior não estavam presentes. Uma comissão de estudantes e pro-

fessores subiu ao MEC e voltou com a garantia de uma reunião no dia 03 de setembro com o Ministro. Enquanto se iniciava uma marcha de encerramento do ato, parte dos estudantes pichou as paredes do MEC e a polícia agrediu os manifestantes com cassetetes e spray de pimenta. Ao final, houve uma plenária conjunta de estudantes e professores, não deliberativa, com 15 falas para cada categoria, com a avaliação dos dois dias de luta e sugestões de encaminhamento.

Os atos do dia 27 e 28 deveriam expressar a radicalização ansiada pela base. A direção política, porém, não foi capaz de coordenar efetivamente estas ações. Embora os últimos comunicados do Comando Nacional de Greve indiquem a necessidade de radicalizar, esta não é a política da direção do ANDES-SN. A greve está em um momento difícil em que o tempo pesa contra o movimento. O prazo da votação da LDO até 11 de setembro é insuficiente, pois nada indica a reversão da política do governo de ataques ao funcionalismo e à educação. A Corrente Proletária na Educação defende que é preciso avançar na intensificação da greve nas bases, adotar os métodos da ação direta, coordenar atos radicalizados nacionalmente em cada universidade e estado e em Brasília. É preciso insistir na construção da greve geral. Esta é a única via para conquistarmos as reivindicações.

Rondônia

Burocratas da Universidade Federal de Rondônia tentam dar um golpe na diretoria da Adunir em plena greve

No dia 20 de agosto, a direção da Adunir chamou uma assembleia, cuja pauta versou sobre o fim da gestão da atual diretoria, o processo eleitoral e informes sobre a greve. O mesmo descuido que a atual diretoria vem tendo no tocante à pauta da greve, assembleias permanentes nos Campi e assembleias gerais para deliberar sobre a participação da base nas caravanas em Brasília, no Comando Nacional de Greve, nos congressos nacionais, regionais e locais da categoria, descuidou-se também do processo sucessório.

Diante dos fatos, num flagrante oportunismo, o que fizeram os burocratas da universidade, dentre eles Adilson Siqueira do PSOL, que já esteve em sucessivas gestões da entidade, hoje é assessor da reitora Berenice Tourinho, pró reitores e chefes de departamentos que sequer são filiados ao sindicato? Tumultuaram a assembleia sem tocar sequer em um único ponto de pauta das reivindicações que motivam a greve. Limitaram-se simplesmente a exigir a destituição da diretoria e a conformação imediata de uma “Nova Diretoria”. A militância da Corrente Proletária da Educação fez intervenções chamando a atenção para os erros da diretoria frente à condução da greve e ao erro perante o fim do mandato e com antecedência ter colocado em pauta para evitar desgastes no interior da greve e que o tempo dedicado ao processo eleitoral fosse dedicado à greve, falou sobre as caravanas dos dias 27 e 28 do mês em curso e que logo após o fim da greve, se procederia o processo eleitoral.

A assembleia terminou sob forte tensão, sem nenhuma deliberação para organização de delegações do Estado para fortalecer uma das mais importantes atividades planejadas com presença de caravanas em Brasília para pressionar o governo Dilma a atender às reivindicações da greve. Mas, isso se deu com a Comissão eleitoral constituída, sem destituir a diretoria. Até o momento, o que se tem por certo é que ambos, a antiga diretoria que já secundarizava a greve e está empenhada em organizar o processo eleitoral e conformar uma “Nova Chapa”, e o “Grupo Golpista”, ligado à burocracia da universidade, são concorrentes. Portanto, nenhum deles vai cuidar dos interesses da greve, mas do processo eleitoral com suas campanhas, o que se configura também que o grupo golpeou a greve no estado. Portanto, a greve da Universidade Federal de Rondônia, que se fortalecia graças ao empenho dos técnico-administrativos está entregue agora ao voluntarismo da luta dos professores da Unir à margem da centralização da Adunir e encontra refúgio se unindo aos servidores técnico-administrativos ligados ao Sintunir e junto aos professores técnico-administrativos dos Institutos Federais de Educação.

As deliberações e ações nos Campi têm se fortalecido pelo empenho do segmento técnico que se une aos professores grevistas mais aguerridos

A greve nos Campi depois das assembleias cobradas insistentemente e que aconteceram na última semana de julho com a presença da Adunir se fortaleceram nos Campi de Cacoal e de Ji-Paraná. Os grevistas têm chamado a atenção da opinião pública, fechando por várias vezes a BR 364.

Dos cinco cursos do Campus de Rolim de Moura, quatro aderiram por unanimidade a greve, porém o curso que se presunha que melhor ajudassem a fortalecer a greve, em torno de 35% dos professores furaram a greve e concluíram o semestre e além do mais organizaram um evento acadêmico.

Temos um dado que fragiliza ainda mais a greve no campus, que é o da previsão de retorno do curso de Medicina Veterinária, que objetiva conquistar o “Hospital Veterinário”. Em reunião, foi organizado isoladamente um calendário sem considerar os demais cursos e sob coação da vice-diretora do Campus, que é professora do curso, professores em estágio probatório geralmente por pouca ou nenhuma experiência em lutas grevistas, temem represálias.

O fato do comando de greve ter se esfacelado e a unidade com os técnico-administrativos ter sido comprometida pelos desacordos na condução da greve, a falta de um representante local da entidade e sua participação efetiva com unidades de comando local, centralizado pelas entidades, tem dificultado a condução da luta nos sete campi da Unir espalhados em sete cidades situadas entre três a 12 horas de distância da capital. Mesmo com o comando esfacelado, a militância da CPE se mobilizou no sentido de propor ao Comando local unificado de Porto Velho, que congrega representantes de servidores do INCRA, INSS, IFRO e UNIR, a mandar delegação para as atividades dos dias 27 e 28 em Brasília.

Outro fator importante é o fato dos estudantes do Campus não terem aderido à greve e um pequeno número ter votado apenas pelo apoio, pressionando insistentemente pelo fim da greve, principalmente os estudantes concluintes.

Greve sem unidade dos explorados está fadada ao fracasso. Por isso, chamamos a unidade dos estudantes, professores e técnicos administrativos para fortalecer a luta pela conquista das condições de vida e trabalho, da escola única, laica e vinculada ao sistema produtivo, escola e trabalho para toda juventude e pais de família. A defesa de conquistas elementares para dar vida aos cursos não pode ser desdenhada. Trata-se de defender a construção dos hospitais universitários em Porto Velho e Rolim de Moura para atender as práticas de atendimento médico e veterinário. Está na ordem do dia defender a construção das residências e restaurantes universitários em todos os campi.

Greve Geral de Docentes, estudantes e funcionários na UFC

No dia 18 de agosto, em assembleia convocada pela ADUFC-Sindicato, foi confirmada a greve dos docentes das três universidades federais presentes no Estado (UFC, Unilab e UFCA), respeitando a decisão da maioria dos professores em plebiscito realizado nos dias 11 e 12 do mesmo mês, sobre a consolidação ou não da greve. Apesar do aspecto positivo, uma vez que a base fez prevalecer a sua vontade de deflagrar a greve, não faltaram artimanhas da direção sindical pelega e governista, que foi eleita há pouco tempo, para frear o movimento docente.

O principal golpe que o sindicato tentou desferir sobre a base de professores ocorreu no momento da escolha da organização sindical nacional com a qual seriam feitas as negociações da categoria. Até para os mais desavisados que estavam presentes na assembleia era claro que havia duas propostas divergentes: que as negociações fossem realizadas ao mesmo tempo com o PROIFES, sindicato nacional que funciona como mera correia de transmissão dos ditames do governo federal para as instituições de ensino superior e com o ANDES; e que as negociações fossem feitas apenas com o ANDES. A diretora golpista ADUFC tentou manobrar para que a primeira proposta fosse aceita pelos docentes, porém tal tentativa oportunista foi rechaçada pela base de professores, que optou pela segunda proposta.

Apesar da importância da greve, sua deflagração nas universidades federais do estado ocorreu tardiamente, uma vez que grande parte das instituições federais de ensino superior já se encontra em greve desde o final de maio. A greve dos professores soma-se e fortalece a greve iniciada já no final de junho pelos servidores técnicos-administrativos e corroborou ainda para a deflagração de greve estudantil.

Com a deflagração da greve de servidores e, posteriormente, de professores, finalmente o movimento estudantil



Estudantes, assim como servidores e professores, estão em greve desde o dia 19 de agosto.

da UFC avança

Um dia depois da assembleia docente que confirmou a greve da categoria, foi realizada a assembleia de estudantes. Teve como principal pauta a discussão sobre a deflagração de greve estudantil, que contou com boa presença de estudantes (oficialmente, segundo a organização da assembleia foram 718 alunos credenciados e aptos a votar). Alguns poucos professores também se fizeram presentes, fazendo falas de apoio aos discentes e chamando a unidade dos três setores que compõem a universidade: estudantes, servidores e professores, a fim de construir um movimento grevista articulado e combativo, repetindo o teor das intervenções docentes na assembleia da categoria, realizada no dia anterior. Tais elementos também estavam presentes nas falas dos servidores, que compareceram à assembleia estudantil.

Passado esse momento, foram feitas as relatorias das assembleias realizadas por curso nos dias que antecederam a assembleia geral dos estudantes e que serviram como preparação para esta. Os relatos confirmaram os problemas com os quais alunos das universidades federais cearenses se defrontam há anos: infraestrutura deficitária ou insuficiente, falta de profissionais para a realização das atividades acadêmicas de maneira minimamente adequada, total insuficiência das políticas de permanência estudantil (baixa quantidade de bolsas e as que existem são de valores irrisórios, falta de residências universitárias que comportem todos os estudantes que precisam de moradia, falta de creches para as estudantes que são mães, falta de materiais e de financiamento voltados a atividades estudantis, sejam elas de ensino, pesquisa e extensão, entre outros problemas).



Kizomba interveio no ato com uma vergonhosa faixa defendendo a implementação do PNE privatista.

Além de tudo isso, desde o início do ano, estudantes, servidores e professores de todo o país têm de enfrentar os sérios problemas gerados pelos cortes promovidos pelo governo Dilma/PT/PMDB de mais de 10 bilhões de reais apenas na área da educação e a tendência é que os cortes e o processo de destruição da educação pública se acentuem ainda mais em função da crise econômica.

Mesmo diante dos profundos ataques aos direitos dos estudantes e dos trabalhadores da educação, as correntes governistas, principalmente a UJS/PCdoB atuaram na assembleia fazendo a defesa do governo e tentando frear o espírito de greve da base de estudantes. Mas a greve foi deflagrada pela ampla maioria, obtendo apenas quatro votos contrários. Porém, é importante destacar que o movimento estudantil da UFC, essencialmente pequeno-burguês e reformista, praticamente não deu importância a greve dos servidores e só começou a se articular para a greve estu-

dantil depois de deflagrada a greve de professores.

Ato unificado é marcado por conciliação pequeno-burguesa

No dia 25 de agosto, foi realizado um ato unificado com os três setores da universidade. Logo na concentração, realizada no IFCE, já ficou claro que a atividade seria marcada pela defesa velada do governo por conta das correntes governistas (LPJ/Kizomba), que em suas músicas e palavras de ordem tentavam a todo custo isolar e proteger a figura da presidente Dilma e sua base petista e pela inércia das correntes reformistas (RUA/PSol; Anel/PSTU), que acabaram indo a reboque, pois não conseguiram fazer uma intervenção que respondesse diretamente ao peleguismo das correntes pró-governo. O ato foi encerrado na reitoria da UFC e marcado por um clima de conciliação entre as correntes governistas e reformistas.

Paraná:

Movimento docente e do funcionalismo continua dividido

Após o encerramento da greve, finalizada devido ao acordo da APP e o Fórum das Entidades Sindicais com o governo em que se renunciava à reposição imediata das perdas do ano anterior, adiando-a para outubro/2015 e janeiro/2016, a divisão entre os sindicatos do Estado continua inviabilizando qualquer movimento de pressão sobre o governo.

Nas universidades, embora todas tenham aderido ao movimento e contado com grande apoio, a divisão entre sindicatos mistos e as seções do ANDES tem se acentuado. Esta divisão contraria todo e qualquer princípio do movimento sindical pela unidade e também contraria o anseio espontâneo de professores e funcionários que sofrem as consequências da divisão.

Os sindicatos, que se potenciaram durante a greve e contam a seu favor com as pendências não atendidas pelo governo – principalmente a reposição de uma parte das perdas salariais prevista para outubro –, ao invés de aproveitar para retomar a organização, perdem-se nas disputas aparelhistas e aprofundam a dispersão. Chegou-se ao cúmulo dos grupos de sindicatos não aceitarem, sequer, sentar à mesma mesa de negociação com o governo para discutir as reivindicações dos professores. O governo obviamente aproveita para dividir mais.

Chama a atenção, nesse conflito, o rebaixamento da política das seções sindicais do ANDES no estado do Paraná, que não conseguem superar o plano da disputa aparelhista, colocando-se num campo exclusivamente corporativista das reivindicações. Não conseguem formular uma política que transcenda interesses mesquinhos e acanhados como o de facilitar o acesso de uma minoria docente à classe de professor titular, por exemplo. Evita-se, dessa maneira, colocar os docentes – e os técnicos e estudantes – numa luta contra o governo do estado e contra a privatização. Trata-se de uma orientação que rompe inclusive com a vocação do sindicato nacional, caracterizado por um sindicalismo político.

No conflito em torno da não-nomeação dos professores

concursados e que aguardavam há mais de dois anos, só o Sindiprol/Aduel exigiu do Conselho Universitário que a própria universidade enfrentasse o governo e nomeasse os professores. Somente no Paraná o governo interfere na autorização para realização de concursos e nomeação dos aprovados. Por isso, o questionamento dessa ingerência poderia colocar os docentes e técnicos em choque com o governo do estado e com as burocracias subservientes em defesa da autonomia das universidades. Se o movimento fosse unificado, neste momento, arrebentaria com a política do secretário Mauro Ricardo, quadro importado pelo PSDB para atacar o funcionalismo e perpetrar o “ajuste fiscal” e é quem de fato governa o estado.

Além disso, a conjuntura ainda é de fragilidade política do governo, duramente golpeado pela greve, cujo desgaste só não é maior devido à colaboração implícita dos sindicatos – tanto os do Fórum quanto as ADs do ANDES – que utilizam a defesa de detalhes corporativos para não unificar o movimento.

O ataque ao funcionalismo é uma ação orquestrada de toda a burguesia e do aparelho do estado. Faz parte de uma ofensiva geral no plano nacional e internacional empurrada pela crise. Os golpes desferidos contra os servidores no início deste ano são apenas o começo dessa ofensiva. Outros ataques mais duras ainda virão. A responsabilidade da vanguarda organizada é imensa. Infelizmente, no quadro atual somente a pressão dos docentes e técnicos mobilizados desde as bases poderá empurrar as direções sindicais a assumirem as tarefas de unificar o movimento para enfrentar o governo.

Defendemos a convocação de um congresso para constituição do Comitê em Defesa do Ensino Superior Público com delegados docentes, técnicos e estudantes, eleitos pela base como forma de romper o divisionismo e o corporativismo. Somente um comitê político poderá levantar bandeiras gerais contra o governo burguês, contra a privatização e em defesa da autonomia.

Nesta edição:

- Argentina: Os partidos burgueses dominaram as eleições primárias
- Queda generalizada das bolsas de valores a partir da China revela tamanho da crise
- Grécia: Syriza e o parlamento demonstram ser instrumentos dos capitalistas

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Argentina

Os partidos burgueses dominaram as eleições primárias

De um total de 32 milhões de eleitores aptos a votar, 74% compareceram às urnas, 7,5% a menos que nas eleições primárias de 2011. É a maior porcentagem de abstenção em 32 anos. A quantidade de votos brancos e nulos somaram mais de um milhão e duzentos mil.

Os votos nos candidatos patronais somaram 96% do total dos votos válidos. Destes, 61% ficaram com as forças que reivindicam o peronismo (Frente para a Vitória, Frente Renovadora, Aliança Compromisso Federal-Rodríguez Saá), o que demonstra a sua vigência entre as massas.

O Partido Justicialista como tal desapareceu do espaço eleitoral, e é a primeira vez que o radicalismo, outro partido histórico da burguesia, não se apresenta com candidaturas próprias na eleição presidencial. Depois do desastre de De la Rúa e da Alianza, o radicalismo praticamente desapareceu, sendo tributário agora do PRO de Macri, chegando até a não lançar listas de deputados em várias províncias.

Diferentemente das eleições de 2011, em que Cristina Kirchner ganhou com 38 pontos de diferença sobre Ricardo Alfonsín, agora Scioli triunfou amplamente em quase todo o país, mas com uma diferença de 8,3% em relação ao PRO, o partido mais declaradamente de direita, que alcançou quase 30% dos votos, implantando-se politicamente em várias províncias e principalmente na Província de Buenos Aires.

Prevaleceu na votação a falsa polarização entre kirchnerismo e antikirchnerismo, ainda que este último se expressasse em duas variantes, o PRO e o FR. Apesar da pressão de um setor da burguesia para que estas variantes se unissem antes das eleições, não puderam, e seguramente não poderão no futuro imediato, se unir, embora as pressões neste sentido tenham se multiplicado.

A verdadeira polarização da sociedade - entre a classe operária e a burguesia, entre a minoria proprietária e a enorme maioria de despossuídos, entre a nação oprimida e o imperialismo - não apareceu expressa nas eleições.

O Kirchnerismo está completando o seu terceiro governo, depois da crise de 2001 e 2002, e ainda terá enorme influência sobre o próximo governo. A Cámpora (organização da juventude kirchnerista) lançou 100 candidatos. Terão um papel im-

portante no controle de sua bancada na Câmara de Deputados, no aparato do Estado e nas províncias. O candidato governista, Scioli, ganhou as eleições primárias com 38,4% dos votos. Um Governo que foi resultado do levante popular de 2001 e 2002, que teve como finalidade reconstruir o Estado em sua crise mais profunda, um Governo que teve condições econômicas excepcionais que permitiram um crescimento e dispôs de gigantescos recursos que se destinaram a pagar a dívida externa fraudulenta. Um Governo que vem atravessando uma recessão econômica de dois anos, com esgotamento das reservas, com uma inflação altíssima, aumento do desemprego, fortes denúncias de corrupção por parte da oposição e dos grandes meios de comunicação. Apesar de tudo isso, os seus candidatos voltaram a triunfar e se encontram em melhores condições de vitória nas eleições presidenciais.

A operação da oposição midiática, com colaboração da oposição política, contra Aníbal Fernández e o Kirchnerismo, realizada uma semana antes das eleições, pelo visto, teve um pequeno impacto no resultado eleitoral. A utilização política destas denúncias às vezes se volta contra os próprios denunciantes, e o que é pior, contribuem para bloquear o conhecimento sobre a verdade dos fatos, já que sempre ficam suspeitas de manipulação. Seguramente acontecerão novas operações de todo tipo até as eleições. Assim dissolvem as suas diferenças na política burguesa, diante da incapacidade de confrontar ideias políticas. Tanto pelos governistas quanto opositoristas.

A burguesia opositora aspira a algum tipo de acordo entre as principais forças antikirchneristas para assegurar o segundo turno e depois chamar o voto unificado contra Scioli. O governismo, por sua vez, tenta vencer no primeiro turno. Para isto, tratará de captar o elevado número de eleitores que não votaram e os votos dos setores que foram derrotados nas eleições primárias. As disputas entre eles serão duríssimas até 25 de outubro. Durante mais de dois meses envenenarão a população com as imundices da política burguesa.

A esquerda tem jogado um papel lamentável, com uma campanha nos grandes meios de comunicação de características socialdemocratas, marcada pela ausência de qualquer estratégia de classe. Não utilizaram a campanha como tribu-

na para defender a diferenciação de classes – concentraram-se apenas em denunciar que virá um ajuste contra os trabalhadores. Ter chegado à instância das eleições primárias para superar as divergências em torno de suas candidaturas internas é uma nova demonstração do oportunismo do seu modo de construir a unidade, no sentido contrário das necessidades das massas e de suas lutas. Ostentam que um milhão e duzentos mil eleitores já haviam votado na FET (Frente de Esquerda dos Trabalhadores) e que isto era uma conquista política, com seu habitual exitismo. Agora, nestas eleições, se depararam com 750.000, que certamente não são poucos. O fundamental, porém, está em que não expressaram um avanço na independência de classe. A campanha política da FET não objetivou esta característica. A esquerda agrega um fator de confusão política e joga com a bandeira tão preciosa de unidade, mas que viola o tempo todo. Neste sentido, não encontramos importantes diferenças entre as candidaturas de Del Caño (PTS) ou de Altamira (PO). É difícil dizer qual deles vem se adaptando mais ao democratismo burguês.

O POR tem realizado sua campanha com as bandeiras da classe operária e com a política revolucionária. Utilizou de todas as suas forças, ainda que pequenas, para se contrapor à campanha milionária, durante meses, em todos os meios, das forças políticas da burguesia.

Nas próximas eleições, manteremos nosso chamado para anular o voto, com a política da classe operária, pela ditadura do proletariado, pela revolução social, pelo fim da dominação do imperialismo no país, pelo comunismo. Enfatizaremos a necessidade urgente de resolver a crise de direção revolucionária, construindo o Partido da classe operária, o POR.

Em defesa do trotskismo

Nos meios de comunicação, divulga-se permanentemente que são vários os candidatos trotskistas nas eleições, alguns na FET (Frente de Esquerda dos Trabalhadores) e outros em partidos que lançaram candidaturas próprias (MST, MAS, A&L).

Nenhum dos partidos e candidatos se preocupa em esclarecer em que consiste o seu “trotskismo”. Utilizam o enorme prestígio do revolucionário russo, dirigente da Grande Revolução, fundador da IV Internacional e que, desde sua origem, combateu como ninguém o estalinismo. Criticou as concepções do “socialismo em um só país”, da “revolução por etapas” e das “frentes populares” com a burguesia.

Leon Trotsky desenvolveu a teoria da Revolução Permanente já em 1905 e redigiu as bases do Programa de Transição, documento base para a fundação da IV Internacional.

A estratégia dos trotskistas, continuadores do marxismo-leninismo, é a estratégia da ditadura do proletariado (um governo operário e camponês nos países atrasados e semicoloniais, um governo da maioria oprimida da cidade e do campo), a destruição do Estado burguês por meio da revolução social, a luta contra a grande propriedade privada dos meios de produção, para transformá-la em propriedade social. A perspectiva da classe operária é a sociedade sem classes, sem exploradores nem explorados - o comunismo.

Os trotskistas entendem que a única via para tomar o poder e começar a construir o socialismo é a revolução social, não há nenhuma outra via. Trabalhamos pela independência política da classe operária, que somente se materializa quando

a classe operária pode construir o seu partido revolucionário, que levanta esta estratégia. Trabalhamos por tornar consciente o inconsciente processo coletivo da luta de classes. Falamos de um verdadeiro partido-programa, o partido que explica a realidade que está para ser transformada e que identifica quais são as tarefas da revolução em cada país.

Lutamos contra toda ideia de que através de eleições, das leis, do funcionamento do Parlamento, se possam materializar os objetivos estratégicos da classe operária. A intervenção nas eleições se justifica se é para utilizá-las como tribuna de denúncia do Estado capitalista, do seu regime, do cretinismo do parlamento e da política burguesa, e se é para defender perante os explorados a necessidade de varrer todo esse circo. Nunca para embelezar a democracia burguesa.

Nos anos 70, lutamos contra a deformação do trotskismo que se travestia de aventureirismo foquista e também contra o pacifismo eleitoral. Hoje, enfrentamos a mesma deformação: temos de explicar que o trotskismo nada tem a ver com o eleitoralismo, com a mesquinhez de uma esquerda que luta desesperadamente por cargos, pela formação de chapas, que chegou ao extremo de resolver as candidaturas por meio das eleições primárias. Baseiam suas políticas eleitorais em campanhas vazias de conteúdo político - cada vez mais socialdemocratas -, quando, como nunca antes, tiveram e têm a oportunidade de chegar aos meios massivos de comunicação. Suas campanhas são uma vergonha política. Renunciaram a todo princípio político. Os métodos oportunistas para construir sua “unidade” têm consequências nefastas ao fragmentar a unidade dos lutadores no dia a dia. Sua ausência na longa luta dos trabalhadores da linha de ônibus “60” é uma amostra das consequências dessa política oportunista, que não tem retorno.

Não nos confundamos. Levantar isoladamente algumas consignas corretas, como *salário mínimo vital*, *contra a precarização do trabalho*, etc., é inócuo, quando formuladas sem fazer referência que somente poderão ser impostas pela ação direta das massas, pela greve geral, e que nunca poderão ser alcançadas por alguma lei. Mas, são as eleições o terreno para levantar uma reivindicação salarial? As consignas “transitórias” são uma ponte para a estratégia, que ajudam, que facilitam a sua compreensão, para entender que sob o capitalismo não se resolverão as reivindicações sociais, que teremos de destruir o capitalismo. Não levantar que é necessário cruzar a ponte para chegar ao outro lado é outra deformação dos pretensos trotskistas.

Nas campanhas nos meios de comunicação, PO/IS, igual ao PTS, não fazem propaganda com sua estratégia de “governo dos trabalhadores”, que fica reservada para os artigos de seus periódicos e para intervenção em algum ato. Nem sequer se animam a desenvolver esta formulação ambígua, não proletária. Nunca explicam como se conquistará este governo. Será pelas eleições? É uma etapa prévia à ditadura do proletariado (estratégia política da classe operária)? Como já dissemos, “trabalhadores” não é uma classe, é uma expressão que inclui tanto a classe operária como as classes médias. O revisionismo vai abandonando as bandeiras e os princípios, desviando-se, gerando confusão. Alertamos aos seus militantes mais valiosos para que prestem atenção a este fenômeno. A classe operária precisa resolver sua crise de direção revolucionária, construindo o seu partido. Não qualquer partido, mas sim aquele que construa o seu programa subordinado à estratégia proletária.

Queda generalizada das bolsas de valores a partir da China revela tamanho da crise

As quedas nas principais bolsas de valores do mundo inteiro, a partir da China, nos dias 24 e 25 de agosto. Revelaram a persistência e aprofundamento da crise econômica mundial do capitalismo. Trouxeram à tona a incapacidade da economia chinesa em manter o crescimento acima de 7% ao ano, a valorização artificial dos papéis diante da retração econômica mundial, a brutal redução de valores das matérias-primas e a retração do comércio internacional. Em síntese, o aprofundamento da crise mundial capitalista avança na destruição massiva de valores e de forças produtivas.

A China é o fiel da balança

O comércio mundial teve uma retração de 1,5% no terceiro trimestre deste ano, superior à de 0,5% no trimestre anterior. A China representa hoje 15% do PIB mundial, perdendo apenas para os Estados Unidos (24%). Mais de 50 países têm na China seu principal comprador. As previsões de expansão do comércio mundial para 2015 caíram de 5% para 3,3%, devido à diminuição das importações chinesas. A União Europeia, que importa ainda mais que a China, permanece estagnada.

A introdução do mercado de ações na economia chinesa foi um dos instrumentos aplicados pelo governo para tornar seus resultados menos dependentes das exportações, por meio de estímulo ao mercado interno. Segundo informações, os pequenos investidores ganharam importância no processo especulativo. A intervenção estatal elevou artificialmente os preços das ações - valorização de mais de 100% em um ano. Desde 12 de junho passado, no entanto, os papéis chineses caíram 38%. Descontada essa perda, ainda há uma valorização de 43% em doze meses, o que aponta para potenciais novas quedas, de forma a ajustar os valores ao crescimento real da produção de valor. A destruição mundial de capitais, consequentemente, alcançou 500 bilhões de dólares em um único dia. Tudo indica que de fato superou os 5 trilhões no mês.

O governo procura atuar com medidas paliativas: o banco central chinês baixou os juros e liberou recursos de reservas compulsórias para aumentar a capacidade de empréstimo do setor bancário. Além disso, anunciou a redução de tarifas comerciais para baratear as importações, cortar custos de produção e estimular as vendas ao exterior. Todas essas medidas esbarram na debilidade do mercado interno e na retração do mercado mundial, à qual a economia chinesa permanece vinculada e não será capaz de escapar.

Contaminação mundial da economia

As economias europeias, as que manifestaram a crise mundial logo no início, buscaram se apoiar indiretamente no crescimento chinês de 9% a 10% anuais para atenuar as tendências recessivas. Uma queda ainda maior do comércio mundial apenas foi evitada graças ao fato que os países exportadores de matérias-primas continuaram a registrar uma expansão em suas economias. Para a Europa, isso possibilitou que países como a Espanha evitassem uma quebra mais acelerada. A Alemanha evitou entrar abertamente em recessão.

A contaminação das bolsas europeias, norte-americanas e latino-americanas pelo crack nas bolsas asiáticas não é apenas resultado da maior internacionalização dos investimentos e facilidade de migração de capitais. Reflete mais a fundo a contaminação das economias pela retração da indústria exportadora chinesa, controlada pelas multinacionais. A destruição de valor em ramos fundamentais da economia

mundial arrasta o conjunto dela para o furacão da crise.

A queda dos preços das matérias-primas

O barril de petróleo caiu para abaixo dos 40 dólares o barril. O aço teve uma retração de 5% e o cobre de 2,6% num único dia. O milho chegou à metade do preço de 2012. Soja, trigo, borracha, óleos, todos perderam valor. Há uma estimativa de que, na média, os preços das commodities voltaram aos níveis de 1999. Se se considerar que as commodities representam metade dos investimentos nas bolsas de valores, verifica-se que a tendência geral dos papéis é de queda e que o crack do final de agosto é um sinal de que não será possível sustentar os ganhos nos papéis diante da realidade produtiva e comercial em baixa.

A crise de superprodução, que se manifestou primeiro na Europa e Estados Unidos, se espalhou no mundo todo. A retração do consumo das potências só não repercutiu imediatamente nos países produtores de matérias-primas por conta das exportações para a China. Por sua vez, essa “vantagem” dos países semicoloniais serviu para atenuar momentaneamente a crise das potências, que lhes exportam industrializados. Mas a tendência recessiva dominante acabou desacelerando a China, que arrasta as matérias-primas e as economias dos países semicoloniais para baixo, e estes, agora, atuam como elementos de pressão sobre as economias dos países europeus e dos EUA para baixo.

As oscilações nas economias regionais dos últimos anos, ocorridas em função dessas particularidades, não puderam evitar que se consolidasse a tendência geral: diante da superprodução de valor, a economia mundial capitalista tende à destruição maciça de forças produtivas e valores, como condição para reconcentração de mercados e capitais, necessária por sua vez para uma retomada do processo de acumulação de capital por meio da exploração do trabalho assalariado.

O Brasil mergulha na crise

No desmoronamento das bolsas de valores mundiais, a Bolsa de São Paulo (Bovespa) registrou uma queda de pouco mais de 3%. Entretanto, é preciso observar que apenas duas grandes empresas registraram valorização (Hering - 1,17% e Natura - 2,18%). As maiores quedas foram na metalurgia (Gerdau -12,46%, Usiminas -10,42%, Vale -9%) e Petrobrás -6,5%. Mas todos os demais setores registraram quedas. Isto apesar do saldo positivo do agronegócio (a soja representa 41% do que é exportado) e de as exportações representarem menos de 15% do PIB brasileiro, ou 1,2% do comércio mundial.

Em 2014, as exportações brasileiras caíram 7%. Mas somente no primeiro semestre deste ano, com a redução dos preços das matérias-primas, calculam-se perdas em torno de 12 bilhões de reais.

A crise nos setores ligados à exportação de matérias-primas, embora estes tenham peso limitado na composição do PIB, arrasta os demais setores, predominantemente ligados ao mercado interno, para o buraco negro da crise mundial. As ações das bolsas de valores, com seus negócios vinculados em sua maioria aos preços das commodities, despencam junto à queda dos preços dos grãos, do aço e do petróleo. E os capitais, os investimentos predominantemente dominados pela importação de capitais, são a ligação mais sensível do conjunto da economia com os solavancos do mercado mundial. Os principais ramos da economia brasileira, como economia de um país semicolonial, estão sob controle do capital financeiro internacional. E

sofrem as consequências dos prejuízos e destruição de valores ocorridas desde a China até a Europa e EUA.

Não há saída nos marcos das medidas da economia de mercado

O Banco Central norte-americano adiou sua decisão sobre o aumento dos juros no país. Teme-se que uma elevação agrave ainda mais a migração de capitais para fora das economias da China e demais produtores de matérias primas, aprofundando a crise mundial. Nada indica que essa e outras medidas possam fazer frente às tendências gerais da crise. Assim como as medidas econômicas típicas defendidas pelos economistas burgueses tomadas pelo governo chinês.

Os rumos da economia mundial apontam para profundas que-

bras, destruição de trilhões de dólares em valor e de forças produtivas num grau jamais visto. Os capitalistas buscam se proteger com medidas governamentais de subsídio e com ataques a direitos, salários e empregos.

A alternativa da revolução ou barbárie se recoloca, e ressalta a ausência do partido mundial da revolução socialista, capaz de orientar a insatisfação e revolta das massas para a revolução proletária e implantação do socialismo, única via de por fim definitivamente às crises catastróficas do capitalismo moribundo. É preciso, em contrapartida, reconhecer que a crise estrutural traz à tona as experiências das revoluções e o programa das transformações históricas. Abre-se um novo período favorável ao trabalho nacional e internacional de superação da crise de direção.

Grécia: Syriza e o parlamento demonstram ser instrumentos dos capitalistas

É necessário que o proletariado conquiste posições na luta de classes e se constitua em partido revolucionário

Oito meses após as eleições, o Syriza se mostra incapaz de cumprir suas promessas. O partido que nasceu e se fortaleceu eleitoralmente sob a bandeira de frear o saque do país e das massas, de conquistar o comando do Estado burguês e a maioria parlamentar para impor à Comissão Europeia acordos favoráveis aos explorados, se pôs a aplicar os ditames do imperialismo. A desintegração do governo e a divisão do Syriza expressam conteúdo de classe pequeno burguês de sua política e seu papel contrarrevolucionário.

É o que se observa com sua defesa dos pacotes ditados pelas potências, que as massas rejeitaram no plesbício de julho. Porém, no dia 20 de agosto, foi aprovado sob comando de Tsipras o terceiro pacote de empréstimos à Grécia pela Comissão Europeia (CE), Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário internacional (FMI). Por 221 votos a favor, 64 contrários e 11 abstenções, o Parlamento aprovou o acordo maldito. A resistência à sua aprovação pela fração oposicionista do Syriza e pelo Partido Comunista da Grécia (EEK) foi derrotada.

O ministro das finanças, Euclid Tsakalatos, viajou a Bruxelas para assinar um acordo com a CE. Nesse mesmo dia 21, o parlamento alemão votava a favor dos empréstimos do seu país à Grécia. E o parlamento e o governo francês se colocavam a favor do acordo. No dia 22, finalmente, a CE aprovou a transferência de 83 bilhões de euros à Grécia, que serão depositados até 2017. Imediatamente, foram transferidos 26 bilhões para pagar dívida externa (13 bilhões) e capitalizar os bancos gregos (10 bilhões).

As próximas transferências, no entanto, estão condicionadas ao avanço dos ajustes fiscais, aos cortes orçamentários, às reformas trabalhistas e previdenciárias, e, fundamentalmente, às privatizações. De fato, com o Memorando, inicia-se um processo de desnacionalizações em setores chaves da economia estatal, como nos serviços, transportes, aeroportos, portos marítimos, energia e de ilhas no valor de até 6,4 bilhões de euros. Em outubro de 2015, se realizarão as licitações para privatizar a empresa estatal ADMIE, a maior operadora e distribuidora de energia do país.

O pacote também impõe ao governo grego criar um «fundo de garantia» no total de R\$ 170 bilhões, com os ingressos da venda dos ativos gregos. Segundo a CE, o governo conseguirá arrecadar cerca de 50 bilhões de euros só entre 2015 e 2016. O primeiro passo

nessa direção já foi dado com a privatização, no dia 18 de agosto, de 14 aeroportos das cidades de Salônica e Kavalas, e de outros doze em diversas ilhas turísticas do mar Jônico e Egeu. Fraport-Slntel ganhou a exploração dos aeroportos, oferecendo 1,23 bilhões de euros até 2050. A multinacional detém a propriedade ou gestão de vários aeroportos em todo o mundo. De fato, a Fraport-Slntel teria ganhado as licitações antes das eleições de janeiro, favorecido pelo governo de Pasok. Porém, a chegada do Syriza ao comando do Estado burguês freou a posse. Uma vez que o Syriza se comprometeu a assumir a «herança» dos governos anteriores e apoiou a aprovação das privatizações, se criaram as condições políticas para realizar a entrega.

Como se vê, o acordo impôs ao país medidas que Tsipras na campanha eleitoral prometeu não adotar e que foram rejeitadas pela maioria da população, tanto na sua expressiva votação no Syriza em janeiro, quanto no plesbício de julho passado, onde 60% da população votou contra o terceiro Memorando. De forma que, se Tsipras e sua fração queriam avançar na aprovação das medidas antinacionais e antipopulares, teriam então de superar esses obstáculos, o que significava romper abertamente os laços com parte de sua base eleitoral e com a fração oposicionista de deputados de seu partido.

Em setembro, um novo Congresso do Syriza aconteceria. Embora uma derrota da fração de Tsipras não se configurava no cenário, todo indicava, porém, que se repetiria a situação do Congresso extraordinário de julho. Tsipras manteve a maioria do Comitê Central apenas por poucos votos. Ora, uma vez que a aceitação de Tsipras ao acordo imposto pela Troika levou à saída de ministros de seu governo e à rebelião de uma fração de deputados do partido, o desenvolvimento de uma nova crise interna fragilizaria ainda mais o governo. Foi nesse marco que Tsipras anunciou sua renúncia. Seu objetivo é, sem dúvidas, o de criar as condições para um reagrupamento político que corresponda mais diretamente aos planos ditados pela «Troika». E forçar a fração opositora a romper com o partido e o governo. De fato, limpou o caminho para a formação de um «governo de unidade nacional», como tinha exigido a CE.

Certamente, essa perspectiva irá aprofundar e potencializar a desagregação do Syriza e do governo. Mas, esse processo tem bases

materiais na decomposição do parlamentarismo e da democracia. Não constituem canais para os oprimidos conquistar suas reivindicações. Pelo contrário: o parlamento é um instrumento da ditadura capitalista. Ou seja, de preservação das relações sociais baseadas na exploração do trabalho assalariado e na propriedade privada dos meios de produção. Não se pode mudar o conteúdo de um Estado e suas instituições voltados a servir de instrumento de opressão dos capitalistas sobre a maioria explorada. O contrário é verdadeiro: os métodos parlamentaristas e as combinações políticas firmadas no democratismo-burguês submetem e disciplinam qualquer partido, que antes se apresentava como meio para os explorados conquistarem posições “progressivamente” e realizarem transformações “graduais”.

Esse fato foi constatado historicamente pelo marxismo-leninismo-trotskismo, quando demonstrou a falência da pequena burguesia democratizante e reformista em realizar seu programa de reformas graduais através do Estado burguês. É o que demonstra mais uma vez a experiência trágica da Grécia. A pequena burguesia é uma classe profundamente dividida e heterogênea em seus interesses. Suas camadas superiores estão vinculadas à burguesia monopolista. Suas condições de existência social dependem de se manter o regime da escravidão assalariada da força de trabalho e da porção de mais-valia operária que escorre até suas mãos através do comércio e da produção social. Enquanto suas camadas inferiores, oprimidas pelas garras do comércio e das finanças capitalistas, se aproximam do proletariado pelas suas condições de vida e têm interesse em acabar com o desemprego, a queda dos salários, a destruição dos serviços públicos e os monopólios que as esmagam.

O fundamental da crise na Grécia está, no entanto, no fato que a pequena burguesia não tinha como resistir às pressões da burguesia imperialista sem que se aproximasse da classe operária e se colocasse sob a direção do proletariado constituído em força social independente. Uma vez que essa condição não esteve presente, se abriu passagem à subserviência perante os monopólios europeus. É o que se observa com a passagem do Tsipras ao campo burguês de ataque aos assalariados e ao País.

A fração oposicionista que rompeu com Syriza tampouco representa uma alternativa para os explorados. É incapaz de expressar um programa de ruptura com o imperialismo e a burguesia monopolista. “Plataforma de Esquerda” foi formada por 25 deputados que romperam com o Syriza logo após da aprovação do pacote. Mas, muitos deles já tinham servido de apoio para aprovar os anteriores memorandos assinados por Tsipras. “Plataforma de Esquerda” irá participar das eleições com um novo partido, “Unidade Popular”. Pretende formar uma ampla “frente de unidade popular” contra “os Memorandos”. Seu programa, porém, é o mesmo que levou o Syriza ao comando do Estado. Eis por que se propõem a voltar “ao verdadeiro Syriza” e reivindicam o chamado de “Programa de Salônica”, que serviu de peça eleitoral ao partido reformista. De fato, não convocaram as massas a se manifestarem; não se colocaram em defesa dos métodos de luta dos explorados para combater o Parlamento vendido; não assinalaram a via do combate nas ruas contra os ajustes; se limitaram a denunciar o Parlamento e advogam que para mudar o rumo da crise o único caminho seria recuperá-lo com deputados que rejeitassem os acordos. Os oprimidos nada podem esperar dessa promessa! Já experimentaram na pele para que serve um partido pequeno-burguês que promete tudo às massas, mas logo aplica os ditames de seus verdugos.

A crise econômica e a crise política estão longe de favorecer as manobras eleitorais e parlamentares da burguesia e da pequena burguesia; ora à direita, ora à esquerda. No entanto, não se deve desconhecer o fato de que essa perspectiva, que é a da elevação eleitoral de um novo experimento reformista ou do triunfo eleitoral de uma “frente de unidade nacional” com as sobras do Syriza junto ao Pasok e NM, possa vingar. Segundo pesquisas recentes, 51,5% da população acreditam que não havia alternativa ao pacote e que não restavam ao Parlamento outra via que a de aprová-lo. E mostra também que 50% da população mantém sua confiança em Tsipras. No entanto, esse apoio no mês de julho estava na casa de 72% favorável a fechar acordos com os credores, 70% assinalaram que o Parlamento teria de ratificá-lo e 59% apoiavam o Tsipras.

O acima colocado demonstra que a via democrático-burguesa e a necessidade de um entendimento com os credores comparecem, perante uma grande parcela das massas, ainda como a única via para a solução dos problemas do país. Demonstra também o profundo retrocesso que significou para as massas abandonar a luta pelos seus próprios métodos e sustentar ilusões no governo do Syriza.

O fundamental está em que os oprimidos não contam com uma direção revolucionária capaz de encarnar o programa da revolução proletária. Mas, os explorados terão de voltar às ruas, em defesa de suas reivindicações. No mesmo dia da aprovação dos pacotes, milhares de manifestantes marcharam até o Parlamento para exigir a sua rejeição. Um dia depois, a Confederação de Sindicatos do setor público (ADEDY) realizou uma greve de 24 horas e, à tarde, mobilizou ao Parlamento, onde o PAME, sindicato ligado ao Partido Comunista Grego (KKE), reuniu 10 mil pessoas contra os ajustes.

A desagregação econômica, o avanço dos ajustes e, fundamentalmente, o percurso da crise política, tudo indica, criará novas situações para os explorados voltarem ao caminho dos combates contra os ataques dos monopólios. Na nas próximas lutas, a vanguarda revolucionária terá de se valer das experiências do proletariado e da pequena-burguesia empobrecida para levantar o programa revolucionário.

O importante é que a desagregação econômica, social e política da Grécia traz importantes lições. A primeira delas é o caráter contrarrevolucionário de todo experimento eleitoralista da pequena burguesia democratizante, e sua impotência histórica para reformar o capitalismo. No entanto, não pode se desconhecer que as massas empurradas ao desemprego, à destruição de suas conquistas e direitos, afundadas na pobreza e a miséria, não tiveram outro instrumento político a não ser um partido da pequena burguesia. Não puderam compreender que seu fracasso seria inevitável.

A segunda e mais importante lição é a da necessidade de pôr em pé um partido revolucionário capaz de ajudar as massas a atravessarem a experiência com os experimentos democratizantes de todo tipo, elevando-as à compreensão da necessidade de constituir seu próprio partido revolucionário firmado na luta de classes na via da luta pelo poder, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Todo pequeno passo que o proletariado grego der nessa perspectiva se transformará em uma poderosa alavanca para o proletariado europeu conquistar posições no combate contra suas burguesias. E criará condições para que em seus combates encarne o programa da revolução proletária continental para acabar com a exploração capitalista, sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da Europa.